

CONSELHO DIRETOR



**Ata da 964<sup>a</sup>**

---

**Sessão de 03/03/2015**

1 964ª Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos três dias do mês de março de dois mil  
2 e quinze, às quatorze horas, reúne-se o Conselho Universitário, na Sala do Conselho  
3 Universitário, no Prédio da Administração Central, na Cidade Universitária “Armando de  
4 Salles Oliveira”, sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago e  
5 com o comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Vahan Agopyan,  
6 Adalberto Américo Fischmann, Alexandre Martins Rodrigues, Alexandre Nolasco de  
7 Carvalho, Aluísio Augusto Cotrim Segurado, Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira,  
8 Amanda Guerra de Moraes Rego Sousa, André Carlos Ponce de Leon Ferreira de  
9 Carvalho, Antonio Carlos Hernandez, Antonio Marcos de Aguirra Massola, Arlindo  
10 Philippi Junior, Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno, Belmiro Mendes de Castro  
11 Filho, Benedito Honório Machado, Bernadette Dora Gombossy de Melo Franco, Bruno  
12 Sperb Rocha, Carlos Alberto Ferreira Martins, Danilo Pereira dos Santos, Carlos  
13 Gilberto Carlotti Júnior, Carlos Roberto Bueno Júnior, Phillipe Pessoa de Santana,  
14 Clodoaldo Grotta Ragazzo, Daniel Barreto Junior, Dante Pinheiro Martinelli, Miriam  
15 Aparecida Barbosa Merighi, Douglas Emygdio de Faria, Dulce Helena de Brito,  
16 Eduvaldo Paulo Sichieri, Enrico Lippi Ortolani, Fabiano Guasti Lima, Fábio Frezatti,  
17 Fábio Brenha Ribeiro, Fernando Luis Medina Mantelatto, Fernando Salvador Moreno,  
18 Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, Frederico Pereira Brandini, Gabriela  
19 Soldera Ferro, Germano Tremiliosi Filho, Gerson Aparecido Yukio Tomanari, Gilberto  
20 Fernando Xavier, Vanessa del Castillo Silva Couto, Hugo Ricardo Zschommler Sandim,  
21 Ildo Luis Sauer, Luis Carlos de Souza Ferreira, Alfredo Goldman Vel Lejbman, Lucas  
22 Antonio Moscato, João Guilherme Machado Ribas, José Arana Varela, José Eduardo  
23 Krieger, José Otávio Costa Auler Júnior, José Renato de Campos Araújo, José Roberto  
24 Castilho Piqueira, José Rogério Cruz e Tucci, José Tavares Correia de Lira, Júlio Cerca  
25 Serrão, Laerte Sodré Júnior, Leny Sato, Leonardo Octavio Belinelli de Brito, Maria  
26 Lúcia do Carmo Cruz Robazzi, Luiz Gustavo Nussio, Luiz Henrique Catalani, Luiz  
27 Silveira Menna Barreto, Marcos Domingos Siqueira Tavares, Marcos Nogueira Martins,  
28 Marcos Vinícius Folegatti, Margarida Maria Krohling Kunsch, Maria Amélia de Campos  
29 Oliveira, Maria Angela Faggin Pereira Leite, Maria Aparecida de Andrade Moreira  
30 Machado, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Maria Cristina Motta de Toledo, Maria  
31 das Graças Bomfim de Carvalho, Cícero Romão Rezende de Araújo, Maria Vitoria

32 Lopes Badra Bentley, Mariana Nunes de Moura Souza, Marisa Helena Gennari de  
33 Medeiros, Neli Maria Paschoarelli Wada, Fernando de Magalhães Papaterra Limongi,  
34 Paulo César Rodrigues Conti, Paulo José do Amaral Sobral, Paulo Sérgio Varoto,  
35 Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Dalton de Souza Amorim, Roberto Gomes de  
36 Souza Berlink, Fábio Daumas Nunes, Rui Curi, Sérgio França Adorno de Abreu, Sérgio  
37 Mikio Kobayashi, Sérgio Persival Baroncini Proença, Silvana Martins Mishima, Silvio  
38 Roberto Farias Vlach, Alexandre Souto Martinez, Suely Vilela, Terezinha de Jesus  
39 Andreoli Pinto, Tito José Bonagamba, Tuani Guimarães de Ávila Augusto, Umberto  
40 Celli Junior, Valdecir de Assis Janasi, Valdemar Mallet da Rocha Barros, Valmor  
41 Alberto Augusto Tricoli, Victor Wünsch Filho, Waldyr Antônio Jorge, Walter Vettore e  
42 Miguel Trefaut Urbano Rodrigues. Presente, também, o Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda  
43 Velasco, Secretário Geral. Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo  
44 substituídos por seus respectivos suplentes, os Conselheiros: Carlos Eduardo Garisto  
45 de Nicola, Claudimar Amaro de Andrade Rodrigues, Diná de Almeida Lopes Monteiro  
46 da Cruz, Guilherme Luis Desiderio, Jackson Cioni Bittencourt, Jefferson Antonio  
47 Galves, João Cyro André, Lucieli Dias Pedreschi Chaves, Maria Helena Pereira Toledo  
48 Machado, Oswaldo Baffa Filho, Pietro Ciancaglini, Rodney Garcia Rocha, Simone  
49 Rocha de Vasconcellos Hage e Welington Braz Carvalho Delitti. Justificaram, ainda,  
50 suas ausências os Conselheiros: Adalberto Fazzio, Antenor Cerello Júnior, Antonio  
51 Carlos Teixeira Álvares, Eduardo Henrique Soares Monteiro, Fabiana Marchetti, Fábio  
52 de Salles Meirelles, Gabriel Luis Scheffer Regensteiner, Guilherme Adolfo dos Santos  
53 Mendes, José Antonio Visintin, Marcela Silva Carbone, Marcelo Ricardo Fernandes,  
54 Oswaldo Luiz Bezzon, Raphael Gasparian Chinchilla, Richard Charles Garratt e Sonia  
55 Maria Vanzella Castellar. Havendo número legal de Conselheiros, o Magnífico Reitor  
56 passa às suas comunicações. **M. Reitor:** “Declaro aberta a nongentésima sexagésima  
57 quarta sessão do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo.” A seguir o **M.**  
58 **Reitor** passa a **PARTE I – EXPEDIENTE**, colocando em discussão e votação as Atas  
59 das 962<sup>a</sup> e 963<sup>a</sup> Sessões do Conselho Universitário, realizadas em 18.11 e 09.12.2014,  
60 respectivamente, reforçando que pequenas alterações de forma e ortográficas podem  
61 ser feitas posteriormente. Não havendo manifestações contrárias, as Atas são  
62 aprovadas por unanimidade. A seguir, o **M. Reitor** passa a palavra ao Senhor

63 Secretário Geral, para apresentação dos novos membros. **Secretário Geral:**  
64 “**Diretores:** Prof. Dr. Paulo Sergio Varoto (EESC), Prof. Dr. Luiz Gustavo Nussio  
65 (ESALQ) e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Angela Faggin Pereira Leite (FAU); **Representante da**  
66 **Congregação:** Prof. Dr. Julio Cerca Serrão (EEFE), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucieli Dias Pedreschi  
67 Chaves (EERP), Prof. Dr. Fabiano Guasti Lima (FEARP), Prof. Dr. Pietro Ciancaglini  
68 (FFCLRP), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Pereira Toledo Machado (FFLCH) e Prof. Dr.  
69 Fernando Brenha Ribeiro (IAG); **Antigos Alunos:** Prof. Dr. Alexandre Martins Rodrigues  
70 (IME); **Representante das Classes Trabalhadoras:** Dr. Walter Vettore (Federação  
71 Nacional dos Advogados); **FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de**  
72 **São Paulo:** Prof. Dr. José Arana Varela (recondução); **FAESP - Federação da**  
73 **Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo:** Dr. Fábio de Salles Meirelles  
74 (recondução).” **M. Reitor:** “Ao saudar o Egrégio Conselho Universitário na abertura dos  
75 trabalhos do ano acadêmico de 2015, desejo a todas as conselheiras, conselheiros e  
76 convidados um trabalho profícuo. Tendo em vista os desafios previstos para este  
77 período que se inicia, creio apropriado relembrar os termos do Decreto de criação da  
78 Universidade de São Paulo, de 25 de janeiro de 1934: ‘São fins da Universidade: a)  
79 promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; b) transmitir, pelo ensino,  
80 conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito, ou sejam úteis à vida; c)  
81 formar especialistas em todos os ramos de cultura, e técnicos e profissionais em todas  
82 as profissões de base científica ou artística; d) realizar a obra social de vulgarização  
83 das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências,  
84 palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres.’ Nada mais atual do que  
85 isto, formulado à 80 anos. Um artigo publicado no Jornal Estado de São Paulo, no final  
86 de 2013, examinava os desafios da USP no momento do início de novo mandato  
87 reitoral. Perguntava: ‘Afinal, qual é o papel da USP - formar as elites intelectuais,  
88 científicas e gerenciais do País, como propunham seus fundadores, na década de  
89 1930? Concentrar recursos humanos e financeiros na pós-graduação, valorizando o  
90 desenvolvimento científico com base em pesquisas de ponta? Ou concentrar-se nas  
91 atividades de graduação, adotando currículos mais flexíveis e criando novos cursos de  
92 caráter interdisciplinar, acompanhando as novas tecnologias de produção de bens e  
93 serviços? A instituição foi decisiva para a industrialização de São Paulo e o

94 desenvolvimento socioeconômico do País. Todavia, ela cresceu demais e seu processo  
95 decisório – excessivamente rígido e centralizador – se converteu em camisa de força,  
96 dispensando o mesmo tratamento aos institutos de ciências básicas, aos cursos de  
97 humanidades e às grandes escolas profissionais, como as Faculdades de Direito, de  
98 Medicina e de Engenharia. As demandas por maior democratização da USP resultam  
99 justamente da reivindicação de maior autonomia administrativa, acadêmica e  
100 pedagógica por parte dos departamentos e faculdades da instituição. Hoje, uma  
101 simples alteração de currículo tem de ser aprovada por vários órgãos colegiados e  
102 demora mais de um ano para ser efetivamente concluída. Pedidos de afastamentos  
103 para que professores possam participar de seminários ou congressos têm de passar  
104 pela Reitoria. Uma simples alteração de currículo tem de ser aprovada por vários  
105 órgãos colegiados e demora mais de um ano para ser efetivamente concluída. Por isso,  
106 o modelo pedagógico vigente está longe dos padrões adotados pelas universidades  
107 que lideram os *rankings* internacionais, principalmente as americanas e as asiáticas,  
108 onde os alunos têm autonomia para definir os currículos que julgam mais adequados a  
109 sua formação.’ Passado um ano, podemos dizer que algumas das demandas  
110 elencadas naquele artigo foram atendidas. A universidade vem promovendo um  
111 processo de democratização que se caracteriza pela desconcentração e  
112 descentralização do poder do Reitor e da Reitoria, pela maior transparência de ações,  
113 pela disponibilização de informações. Mais que isso, vem conduzindo um processo  
114 amplo e democrático de discussão das estruturas de poder e formas de escolha dos  
115 dirigentes. Convém, pois, resumir de forma objetiva as ações desenvolvidas no ano  
116 que terminou: - Compartilhamento de responsabilidades entre a Reitoria e as unidades  
117 acadêmicas, promoção de reuniões de trabalho regulares dos diretores das unidades  
118 com o reitor, vice-reitor e demais dirigentes da reitoria. Durante o ano de 2014 foram  
119 realizadas 4 reuniões de dirigentes, além de mais de uma dezena de reuniões com  
120 grupos de diretores. - O Vice-reitor deixou de ser apenas o substituto eventual do  
121 Reitor e passou a compartilhar, efetivamente, a gestão da Universidade, assumindo a  
122 função de Coordenador da Administração de Pessoal e Financeira. - Por proposta do  
123 Reitor, um mês após a posse, o Estatuto foi reformado para eliminar as listas tríplices  
124 para eleição de diretores e vice-diretores de unidades, passando a escolha a ser

125 exclusiva das próprias Unidades. - Durante o ano de 2014 foram realizadas 11 reuniões  
126 do Conselho Universitário (lembrando que em 2013 ocorreram apenas duas reuniões  
127 ordinárias e uma extraordinária para definir o processo eleitoral), reestabelecendo-se  
128 assim o papel primordial do Conselho Universitário como órgão deliberativo definidor  
129 das perspectivas estratégicas da Universidade. - Mudança substantiva da qualidade de  
130 informações detalhadas oferecidas ao Co e do papel do Colegiado na condução das  
131 decisões orçamentárias. Questões relativas ao Orçamento da USP foram discutidas e  
132 votadas em 5 reuniões do Co em 2014, em contraposição a nenhuma em 2013. - No  
133 dia 11 de fevereiro de 2014 ocorreu a primeira reunião extraordinária do Co para  
134 discutir e rever, num processo amplo e democrático, as estruturas de poder e formas  
135 de escolha dos dirigentes. A quarta reunião para dar sequência a esse processo será  
136 no próximo dia 7 de abril de 2015, devendo ocorrer, uma semana depois, a primeira  
137 reunião deliberativa, com votação. - Como parte do processo de aumentar a  
138 transparência no uso de recursos públicos, a Reitoria e a CODAGE providenciaram  
139 contínuas e detalhadas informações sobre a situação financeira e orçamentária da  
140 USP, oferecidas ao Co, apresentadas nas reuniões de dirigentes e encaminhadas para  
141 divulgação a todos os membros da Universidade. As informações são disponibilizadas  
142 publicamente no Portal da Transparência, onde são também publicados os  
143 vencimentos de todos os funcionários da USP. - Em 18 de novembro foi aprovada a  
144 mudança do Estatuto que transfere às unidades a decisão final sobre mudanças  
145 curriculares, reduzindo consideravelmente o trâmite de alterações de interesse do  
146 aperfeiçoamento dos cursos de graduação. - Tendo encontrado o *campus* da USP  
147 Leste já interditado quando do início do mandato, foram tomadas medidas de urgência  
148 para acomodar cerca de cinco mil estudantes, professores, cursos, incluindo aulas  
149 práticas, restaurantes e bibliotecas, fora da sede dos cursos, durante todo o primeiro  
150 semestre de 2014. O retorno dos cursos para o *Campus* ocorreu no início do segundo  
151 semestre, em virtude do encaminhamento de soluções das questões ambientais, que  
152 continuam sendo implementadas, em colaboração próxima com a CETESB. - Diante de  
153 denúncias sobre violações dos direitos, acontecidas ao longo do último decênio, no  
154 âmbito da Universidade, a Reitoria tomou medidas práticas para corrigir e prevenir  
155 abusos, determinando procedimentos administrativos para examinar ou reexaminar

156 todos os casos apontados, assim como, delegar à Comissão de Direitos Humanos da  
157 USP, reformulada, o papel de supervisora da condução do processo de mediação entre  
158 vítimas ou denunciantes e a administração universitária. Juntamente com a Pró-reitoria  
159 de Graduação e as diretorias das unidades, foram fortalecidas as ações de rejeição ao  
160 trote e de recepção dos calouros. - A questão que mais atraiu a atenção da sociedade  
161 e da comunidade interna foi o desequilíbrio financeiro da Universidade, com gastos  
162 reais muito acima dos recursos orçamentários. Em 2013 e 2014 a USP teve déficits de  
163 cerca de um bilhão de reais por ano. A vida normal da Universidade somente pôde ser  
164 sustentada pelo uso intensivo de reservas financeiras acumuladas nos anos anteriores,  
165 e que tendem a se esgotar. Foi então necessário tomar medidas rígidas para a redução  
166 de gastos, que não afetaram as atividades fim da Universidade, nem os programas de  
167 permanência estudantil, mas geraram insatisfação dos servidores em virtude da  
168 redução da capacidade da USP de atender às demandas por reajustes de salários e  
169 benefícios. A crise política resultante teve efeitos indesejáveis na vida universitária, e  
170 para sua resolução muito contribuiu a determinação de fazer do Conselho Universitário  
171 o principal centro de deliberação política e financeira da USP. Assim, todas as decisões  
172 sobre uso de recursos financeiros, quer para atividades acadêmicas ou administrativas,  
173 quer para pagar reajustes ou benefícios, foram efetivamente tomadas no Conselho  
174 Universitário. Para equacionar a questão do excesso de gastos com recursos  
175 humanos, foram suspensas todas as contratações no ano de 2014, e foi implementado  
176 um Plano de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV). Esse plano, que representou  
177 uma grande inovação na gestão de pessoal no setor público, foi muito bem sucedido,  
178 levando à redução de 1.426 servidores, com uma economia projetada de 4,4% dos  
179 recursos gastos de folha de pagamento. Juntamente com o uso de outras medidas de  
180 contenção e ajuste, será possível reencontrar o equilíbrio financeiro em cerca de dois  
181 anos. Essa visão otimista tem que ser moderada, no entanto, pelas consequências do  
182 quadro atual da economia do país. Os prognósticos variam da necessidade de cautela  
183 para uma visão francamente negativa, com expectativa de aceleração da inflação e  
184 crescimento econômico negativo, com reflexo considerável sobre a arrecadação de  
185 ICMS, nossa principal fonte de recursos. De fato, o último semestre de 2014 já revelou  
186 uma retração significativa desse tributo, contrariando as previsões otimistas que os

187 sindicatos faziam no início do ano passado. Dentro dessa visão, o governo do Estado  
188 de São Paulo determinou cortes de despesas e de investimentos significativos, que já  
189 foram implantados. Convido, pois, a todos os dirigentes e lideranças da Universidade a  
190 considerarem esse quadro quando decidirem sobre pedidos, reivindicações, demandas  
191 e quando tomarem decisões sobre a gestão financeira da USP. Encerro, pois,  
192 reiterando que consoante nossa certidão de nascimento, a USP foi concebida para  
193 cumprir três funções complementares: formar profissionais qualificados com base no  
194 conhecimento, produzir conhecimento novo e contribuir para o desenvolvimento do  
195 país. Temos, pois, que avançar nesse sentido e priorizar, neste Conselho, as  
196 discussões e decisões voltadas para essas finalidades. Assim, em comum acordo com  
197 os demais dirigentes, em uma reunião que se encerrou há poucas horas, definimos um  
198 'Plano de Metas para 2015', que inclui 67 metas prioritárias, organizadas em 17 eixos  
199 distribuídos em três domínios: Acadêmico, de Relação com a Sociedade, e  
200 Administrativo. Esse documento conjunto, da Reitoria e dos dirigentes da USP, explicita  
201 os alvos de nossas ações nesse ano que agora se inicia.' E uma cópia dele, recém  
202 impressa, está distribuída para todos os senhores e senhoras. Desejo a todos um bom  
203 trabalho. Gostaria, ainda, de cumprimentar todas as Unidades e todos os diretores de  
204 Unidades pelo sucesso e tranquilidade referente ao Programa de Recepção de  
205 Calouros até o momento, sobre o qual gostaria de convidar nosso Pró-reitor para falar.  
206 Quero, ainda, reiterar o convite que todos receberam para que compareçam a uma  
207 homenagem ao Professor Jorge de Almeida Guimarães, Presidente da CAPES, que  
208 ocorrerá na quinta-feira, às 15 horas, nesta sala e, neste momento assinaremos um  
209 acordo de cooperação de grande interesse da Universidade de São Paulo. Desta  
210 forma, convido o Professor Vahan a fazer um resumo do resultado do PIDV." **Cons.**  
211 **Vahan Agopyan:** "Em continuidade àquilo que nosso Reitor adiantou, o Programa de  
212 Incentivo à Demissão Voluntária já está se concluindo. Tivemos, inicialmente, uma  
213 adesão de 1.510 pessoas, logicamente após análises visando o cumprimento das  
214 exigências do Edital, esse número se reduziu e, no fim, tivemos 1.452 inscrições, um  
215 número pouco acima do que já foi divulgado. Estas adesões representam, conforme  
216 dito pelo Reitor, uma redução na ordem de 4,4% no compromisso com folha de  
217 pagamento da USP, o que não é tão expressivo. São cerca de R\$ 16 milhões por mês,

218 portanto, R\$ 200 milhões por ano. Praticamente 8,5% dos nossos funcionários  
219 aderiram ao plano de demissão voluntária, distribuídos mais ou menos equitativamente  
220 entre o grupo básico, técnico e superior. Do básico, 11% aderiram e, tanto do técnico  
221 quanto do superior, cerca de 8%. Com isto temos uma média de 8,5%. Ainda para  
222 informar, teremos um gasto previsto de cerca de R\$ 300 milhões, cumprindo o  
223 determinado por esta Casa, que era o limite de R\$ 400 milhões. Estamos cumprindo o  
224 que foi determinado pelo Conselho Universitário. Creio serem estas as informações  
225 mais importantes. Não percebemos, ainda, uma divergência muito grande entre as  
226 Unidades, a distribuição de adesão foi mais ou menos homogênea entre 6% e 10% dos  
227 servidores de cada Unidade – em algumas Unidades não houveram adesões, mas em  
228 média foi de 6% a 10% – sendo bastante homogênea. Ademais, 700 colegas já se  
229 afastaram no fim do mês de fevereiro e teremos, no fim de março, 355 desligamentos;  
230 o terceiro grupo será em abril, com 351 colegas que deixarão nossa Universidade.  
231 Também, gostaria de aproveitar para agradecer o apoio das Unidades à Comissão  
232 Permanente de Avaliação, pois todas as Unidades – no caso 52 incluindo os Museus e  
233 Institutos Especializados –, sem nenhuma exceção, estão trabalhando na avaliação  
234 institucional de nossa Universidade.” **M. Reitor:** “Muito obrigado Professor Vahan, esta  
235 avaliação é muito importante, pois há vários anos a Universidade não faz esta  
236 avaliação e, como se sabe, fazer gestão sem avaliação é extremamente difícil, para  
237 não dizer impossível. Estamos falando de avaliação e não de planejamento, Comissão  
238 que o Vice-Reitor preside - uma Comissão de Avaliação, com a qual os resultados  
239 devem orientar a reitoria, a administração e as próprias direções das Unidades, no  
240 sentido de correção de defeitos e assim por diante. Uma comissão de planejamento é  
241 prevista no nosso Regimento e será organizada de uma maneira independente, pois  
242 quem planeja não é quem avalia. No ensejo, solicito ao Professor Adalberto Américo  
243 Fischmann, presidente da COP, que nos dê informações a respeito da evolução do  
244 nosso orçamento.” **Cons. Adalberto Américo Fischmann:** “Gostaria de fazer um  
245 rápido relato a respeito do que a COP tem feito depois da última reunião do Co, na qual  
246 apresentamos os dados da Proposta Orçamentária para 2015. O que fizemos nesse  
247 *interregnum* foi uma revisão do orçamento apresentado em 9 de dezembro. Gostaria de  
248 trazer alguns dados que irão subsidiar nossa revisão. A primeira informação é que o

249 déficit financeiro no ano de 2014 foi orçado em R\$ 575,4 milhões e terminamos o ano  
250 passado com um déficit de R\$ 1,084 bilhão decorrentes de um acréscimo neste déficit  
251 em 2014. Este acréscimo representou R\$ 509 milhões. O que são estes R\$ 509  
252 milhões? Temos R\$ 183 milhões decorrentes de um recebimento de ICMC menor.  
253 Tínhamos orçado em R\$ 4,595 bilhões e recebemos R\$ 4,412 bilhões, ou seja, R\$ 183  
254 milhões a menos - esta é uma parte dos 509 milhões que nos referimos. Por outro lado,  
255 tivemos um gasto com pessoal maior que o originalmente estimado. Foi estimado R\$  
256 4,592 bilhões e tivemos um gasto real de R\$ 4,682 bilhões. Isto representa mais R\$ 90  
257 milhões daqueles R\$ 509 milhões a que me referi anteriormente. Finalmente, tivemos  
258 outros custeios de capital, com um acréscimo decorrente, principalmente, de restos a  
259 pagar de 2013, que foram pagos em 2014, sendo que isto representou R\$ 290 milhões.  
260 Por outro lado, podemos subtrair destes R\$ 290 milhões uma economia que fizemos  
261 nas despesas correntes. Possuíamos uma despesa corrente estimada em R\$ 577  
262 milhões para o ano de 2014 e realizamos R\$ 515 milhões. No balanço geral, acabamos  
263 tendo uma execução para 2014 pior, em R\$ 509 milhões. Isto impactou nossas  
264 reservas financeiras. Por outro lado, para 2015, tivemos alguns pequenos acréscimos  
265 de despesas que não foram previstas no orçamento original, apresentado em 2014.  
266 Estes gastos são pequenos, em geral decorrentes de vigilância e serviços  
267 terceirizados, bem como, aluguéis. Eles representam algo inferior a R\$ 15 milhões, o  
268 que, dentro do contexto geral, constitui um valor pequeno. Não me deterei muito sobre  
269 o PIDV, porque o Professor Vahan já comentou. Por último, desejo falar um pouco mais  
270 sobre a questão dos recursos do tesouro do Estado. Qual é o momento que  
271 presenciamos? Primeiramente, tivemos um contingenciamento que foi determinado  
272 pelo Governo do Estado, com o Decreto de janeiro de 2015, entretanto, a posição da  
273 COP considerou que o Decreto é uma medida bastante prudencial, na qual o Governo  
274 do Estado já está sinalizando que o cenário para 2015 não é aquele que foi  
275 originalmente previsto. O que aconteceu? Em julho de 2014, a SEPLAN - Secretaria de  
276 Planejamento do Estado de São Paulo, encaminhou uma orientação para a  
277 Universidade de São Paulo com a estimativa de crescimento do PIB de 1,5%, onde a  
278 inflação prevista em julho do ano passado era de 6,1%. Por outro lado, em novembro  
279 do ano passado, o Banco Central do Brasil, em seu relatório *Focus* apresentou dados

280 bem diferentes, o PIB já não era mais 1,5%, passando a ser estimado em 0,8% –  
281 menos de 1% – e a inflação anteriormente em 6,1% passou a ser estimada em 6,4%  
282 para 2015. Quais são os dados de hoje? Os dados que obtemos do relatório *Focus*, de  
283 18 de fevereiro, sinalizavam para o Brasil um PIB negativo, portanto uma redução de  
284 0,5%. Ontem, vi que esta redução estava em 0,58%, ou seja, estamos dia após dia  
285 vendo o PIB ter uma evolução negativa. Por outro lado, a inflação que era  
286 originalmente 6,1% em julho do ano passado já está em 6,79%, e tudo indica que ela  
287 chegará muito próximo de 7% para 2015. Isto faz com que a COP tenha de adotar  
288 medidas de prudência para este ano de 2015. Faremos, como foi sinalizado na  
289 apresentação que fizemos em dezembro do ano passado, uma revisão do Orçamento  
290 no início do mês de abril, com os dados de março, e outra no início de outubro, com os  
291 dados de setembro, para trazer as informações mais atualizadas aos senhores  
292 conselheiros. Esta é a posição que gostaria de indicar, ficando às ordens.” **M. Reitor:**  
293 "Creio que neste momento estes esclarecimentos são suficientes, havendo dúvidas  
294 posteriores, os Conselheiros se referirão ao senhor. Quero lembrar que na próxima  
295 reunião do Conselho Universitário faremos uma revisão do nosso Orçamento, levando  
296 em conta que hoje se fará a recomposição da COP e, além disso, teremos mais um  
297 mês para observarmos a evolução das contas da USP e do Estado. Finalmente, quero  
298 lembrar que, rotineiramente, os Pró-reitores têm falado em todas as reuniões do  
299 Conselho Universitário, entendemos que esta participação compulsória não faz muito  
300 sentido, de tal maneira que os Pró-reitores preferem não ser listados regularmente para  
301 falar no Conselho Universitário. Sempre que tiverem alguma comunicação de  
302 importância para fazer, pedirão a palavra.” Ato seguinte, o M. Reitor passa para as  
303 **ELEIÇÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES. Secretário Geral:** “De acordo com o  
304 Regimento da Universidade, em toda primeira reunião do Conselho Universitário do  
305 ano são renovadas as três comissões estatutárias. São elas: a Comissão de Legislação  
306 e Recursos (CLR), a Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP) e a Comissão de  
307 Atividades Acadêmicas (CAA). Nos termos do Estatuto, § 2º Art. 19, as Comissões são  
308 compostas por sete membros titulares, sendo seis docentes e um discente e três  
309 suplentes de docentes e um suplente de discente. O que nos cabe hoje é renovarmos a  
310 composição das comissões estatutárias no tocante às composições docentes.” A seguir

311 o **M. Reitor** passa à eleição de **seis membros docentes do Co e três suplentes,**  
312 **para constituir a Comissão de Legislação e Recursos (CLR), nos termos do § 2º**  
313 **do artigo 19 do Estatuto da USP.** **Cons. José Rogério Cruz Tucci:** “Solicitei a  
314 palavra na condição de Presidente da CLR, apenas para esclarecer que a CLR é  
315 formada por mim e pelos Professores Oswaldo Baffa Filho, Pedro Bohomoletz Dallari  
316 de Abreu e Sérgio França Adorno de Abreu. Somos apenas quatro, pois lembro que a  
317 Professora Ana Lúcia Duarte Lanna terminou seu mandato neste Conselho e o  
318 Professor Carlos Falavigna da Rocha deixou a diretoria do IB. As reuniões têm sido  
319 acompanhadas pelos três suplentes que são os professores: Arlindo Philippi, André  
320 Carlos Ponce de Leon Ferreira de Carvalho e Umberto Celli Junior. Todos  
321 manifestaram interesse em permanecer – inclusive, o Professor Oswaldo Baffa reiterou  
322 o interesse dele, pois se encontra nos Estados Unidos e enviou um e-mail explicitando  
323 esse interesse dele – a exceção do Professor Sérgio Adorno. Lamentei muito e todos  
324 os membros também, sem dúvida, pelos serviços por ele prestados durante todos  
325 esses anos na Comissão. Por estar muito assoberbado, ele solicitou sair da Comissão.  
326 São estes os esclarecimentos com a observação que todos têm interesse em  
327 permanecer.” **Cons. Sérgio França Adorno de Abreu:** “Quero dizer que um dos  
328 motivos desta tomada de decisão pessoal se deve ao fato que estou há quatro anos na  
329 CLR, comecei na CLR quando era Representante da Congregação da Faculdade de  
330 Filosofia, depois ao longo destes dois anos e meio como Diretor, fui reconduzido.  
331 Quero dizer que, por um lado, acho salutar que haja alternância nas Comissões, por  
332 um lado, aprendi muito, a convivência foi excelente e reforço que o conhecimento que  
333 tenho hoje da Universidade me foi proporcionado por ter participado desta Comissão.  
334 Desta forma, é uma decisão pessoal, creio que está na hora de uma renovação e,  
335 independente de outros motivos que possa ter, destaco que estamos com sobrecarga  
336 de trabalho, principalmente este ano que teremos avaliação, fiquei receoso de não  
337 poder cumprir bem estas atividades. Assim sendo, não é nada mais do que isso, uma  
338 decisão pessoal motivada por um princípio de alternância e por um realismo, no sentido  
339 daquilo que posso fazer este ano e contribuir neste Conselho de outro modo. Quero  
340 agradecer a todos. Muito obrigado! Sei que recebi sempre muito apoio e sentirei falta  
341 das discussões desta Comissão, mas é um momento no qual é preciso saber se

342 retirar." Palmas. **M. Reitor**: "Nós é que agradecemos ao senhor Professor Sérgio  
343 Adorno." **Cons. Roberto Gomes de Souza Berlinck**: "Gostaria de apresentar como  
344 candidato á Comissão de Legislação e Recursos o nome do professor Germano  
345 Tremiliosi Filho, atual Diretor do Instituto de Química de São Carlos. O Professor  
346 Germano possui uma longa e profícua carreira de pesquisador no Instituto, tendo  
347 orientado mais de 40 alunos de pós-graduação, é um cientista de renome internacional  
348 e o atual editor da Revista de Eletrocatalises da Springer. Pela competência do  
349 Professor Germano, gostaria de indicá-lo a esta Comissão. Muito obrigado." **Cons.**  
350 **Marcos Vinícius Folegatti**: "Gostaria de indicar o nome do Professor Luiz Gustavo  
351 Nussio, Diretor da ESALQ. O Professor possui como característica ser uma pessoa  
352 muito calma, minuciosa, muito atuante em várias Comissões de nossa Congregação,  
353 entre elas a CLR-ESALQ." **Cons. Valmor Alberto Augusto Tricoli**: "Gostaria de  
354 indicar o nome do representante da Congregação da Escola de Educação Física e  
355 Esporte, Professor Julio Cerca Serrão. O Professor Julio foi apresentado hoje como  
356 novo membro deste Conselho, mas, de fato, já faz alguns anos que ele participa, já  
357 participava com a antiga direção. Também possui uma longa experiência na  
358 presidência de Comissões dentro de nossa Escola e de comissões estatutárias. Creio  
359 que ele terá muito a contribuir com esta Comissão." **Cons. José Otávio Costa Auler**  
360 **Júnior**: "Minha indicação é do Professor Victor Wünsch, Diretor da Faculdade de  
361 Saúde Pública. O Professor possui grande experiência na condução destes assuntos  
362 institucionais." **M. Reitor**: "Reforço que teremos, entre os docentes, seis titulares e três  
363 suplentes. Faremos uma rodada de votação onde cada membro do Conselho pode  
364 votar em até seis nomes, feito isso, os seis primeiros colocados serão considerados  
365 titulares e os três seguintes, como suplentes. De tal modo que precisamos, no mínimo,  
366 de nove indicações. Ademais, se não houverem indicações é possível votar naqueles  
367 que julgarem melhor, não é obrigatório votar nos nomes indicados. Em geral, quando  
368 há indicação e o indicado não se manifesta, entendemos que há concordância."  
369 **Secretário Geral**: "Temos, portanto, os seguintes indicados: José Rogério Cruz e  
370 Tucci; Pedro Bohomoletz Dallari de Abreu, Oswaldo Baffa Filho, Arlindo Philippi Júnior,  
371 André Carlos Ponce de Leon de Carvalho, Umberto Celli Júnior, Luiz Gustavo Nussio,  
372 Julio Cerca Serrão, Germano Tremiliosi e Victor Wunsch Filho." **Cons. Arlindo Philippi**

373 **Júnior:** "Havia manifestado que poderia continuar na suplência, contudo, como temos  
374 um candidato de minha Faculdade, o Professor Victor, gostaria de retirar a minha  
375 candidatura." **M. Reitor:** "Estive observando que uma importante questão está  
376 contemplada aqui, ou seja, que a Comissão mantenha um equilíbrio entre as diferentes  
377 áreas do conhecimento. É claro que isto não é algo rígido – e não está escrito no  
378 Regimento que haja isto –, mas, dentro do possível, precisamos buscar este equilíbrio,  
379 para que as diferentes áreas do conhecimento sejam contempladas. Pergunto se há  
380 algum pedido de palavra?" **Cons.<sup>a</sup> Neli Maria Paschoarelli Wada:** "Desejo um bom  
381 ano para todos, porque para nós, trabalhadores, o ano já começa péssimo, mas  
382 também será um ano de muita luta. Gostaria de perguntar sobre a representação dos  
383 discentes nesta Comissão. Não sabemos se possui representação, quem é o  
384 representante e se no Regimento este representante precisa ser membro do Co."  
385 **Secretário Geral:** "Esta Comissão tem representante discente, eles estão com  
386 mandato. Precisa ser do Conselho Universitário, porque as Comissões Estatutárias são  
387 Comissões do Conselho. Temos dois representantes, o Sérgio Mikio Kobayashi, da  
388 FFLCH e o Raphael Gasparian Chinchilla, da Poli." **Cons.<sup>a</sup> Neli Maria Paschoarelli**  
389 **Wada:** "Funcionários?" **Secretário Geral:** "Não tem previsão estatutária." **Cons.<sup>a</sup> Neli**  
390 **Maria Paschoarelli Wada:** "Qual o motivo de não ter representação de funcionários se  
391 os funcionários fazem parte da comunidade uspiana? Nós reivindicamos a  
392 representação dos funcionários." **Secretário Geral:** "Conselheira Neli, sua  
393 reivindicação faz todo sentido, contudo o Estatuto é que determina a representação  
394 atual. Com eventual mudança do Estatuto, isto deverá ser contemplado." **Cons.<sup>a</sup> Neli**  
395 **Maria Paschoarelli Wada:** "Então deixo a proposta ao Secretário Geral para que seja  
396 contemplada pelo Professor Carlos Martins, na CAECO." **Secretário Geral:** "Toda a  
397 reforma está ocorrendo pelo CAECO." **Cons. José Rogério Cruz Tucci:** "Apenas à  
398 guisa de esclarecimento. A Conselheira Neli suscitou esta questão, então gostaria de  
399 dizer que os dois representantes discentes que foram devidamente convocados o ano  
400 todo, jamais compareceram em qualquer reunião da CLR." **Secretário Geral:** "Os  
401 representantes discentes da COP comparecem." Ato seguinte, o **M. Reitor** passa à  
402 votação e, apuradas as cédulas, obtém-se o seguinte resultado: Prof. Dr. José Rogério  
403 Cruz e Tucci = 75 (setenta e cinco) votos; Prof. Dr. Oswaldo Baffa Filho = 72 (setenta e

404 dois) votos; Prof. Dr. Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari = 69 (sessenta e nove) votos;  
405 Prof. Dr. Umberto Celli Junior = 54 (cinquenta e quatro) votos; Prof. Dr. Victor Wünsch  
406 Filho = 50 (cinquenta) votos; Prof. Dr. Luiz Gustavo Nussio = 42 (quarenta e dois)  
407 votos; Prof. Dr. Germano Tremiliosi Filho = 40 (quarenta) votos; Prof. Dr. André Carlos  
408 Ponce de Leon Ferreira de Carvalho = 32 (trinta e dois) votos; Prof. Dr. Julio Cerca  
409 Serrão = 32 (trinta e dois) votos; Prof. Dr. Arlindo Philippi Júnior = 1 (um) voto; Brancos  
410 = 113 (cento e treze) votos; e Nulos = 38 (trinta e oito) votos. São eleitos os seguintes  
411 nomes para compor a Comissão de Legislação e Recursos, como Titulares: Prof. Dr.  
412 José Rogério Cruz e Tucci (FD); Prof. Dr. Luiz Gustavo Nussio (ESALQ); Prof. Dr.  
413 Oswaldo Baffa Filho (FFCLRP); Prof. Dr. Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari (IRI); Prof.  
414 Dr. Umberto Celli Junior (FDRP) e; Prof. Dr. Victor Wünsch Filho (FSP) e como  
415 Suplentes: Prof. Dr. Germano Tremiliosi Filho (IQSC); Prof. Dr. André Carlos Ponce de  
416 Leon Ferreira de Carvalho (ICMC) e; Prof. Dr. Julio Cerca Serrão (EEFE). Ato seguinte,  
417 **o M. Reitor** passa à **eleição de seis membros docentes do Co e três suplentes,**  
418 **para constituir a Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP), nos termos do § 2º**  
419 **do artigo 19 do Estatuto da USP. Cons. Adalberto Américo Fischmann:** "Na  
420 qualidade de Presidente da COP, gostaria de, primeiramente, dar um relato dos  
421 trabalhos da COP neste último semestre do ano passado. Quero dizer que temos seis  
422 membros titulares e três suplentes. Em todas as reuniões tivemos a participação dos  
423 titulares e dos suplentes, sem distinção de titularidade ou suplência. Desta forma, todas  
424 as reuniões funcionaram praticamente com nove membros, todos Conselheiros deste  
425 Co. Tivemos também uma aluna como titular e um aluno como suplente, o qual,  
426 diversas vezes compareceu. Nós sempre adotamos o princípio de que os titulares  
427 votam, mas os suplentes também participam das discussões. Hoje temos, além do meu  
428 nome, a seguinte composição: Professora Diná Monteiro da Cruz da EE – todavia  
429 quero dizer que o mandato dela como Diretora da Escola de Enfermagem encerra-se  
430 em 25 de maio, então creio que seria prudente aproveitar esta reunião de hoje para  
431 considerarmos um possível substituto, posto que a partir do mês de maio a mesma não  
432 poderá mais participar; temos os Professores Frederico Brandini, do IO, com mandato  
433 até 2017 na Diretoria; Gerson Tomanari, do IP, com mandato até 2016; e Laerte Sodrê  
434 Júnior, do IAG com mandato até 2017. Destes cinco nomes citados, quatro poderão ter

435 sua recondução. Digo isto, pois todos manifestaram interesse em prosseguir e quero  
436 dizer que a atividade é altamente demandante. Temos um sexto membro, que é o  
437 Professor Geraldo Martins, que era Diretor da EESC, mas o mesmo deixou a direção  
438 da Escola na semana passada, motivo pelo qual seu nome e da Professora Diná  
439 deverão ser considerados como cadeiras vagas. Não obstante, temos três suplentes,  
440 que são os Professores: Dante Pinheiro Martinelli, da FEARP; Maria Aparecida, da  
441 FOB; e Paulo Sobral, da FZEA, que participam na qualidade de suplente, mas como  
442 enfatizei, possuem o mesmo papel que os titulares. Estes três suplentes manifestaram  
443 o interesse de prosseguir na COP. Além destes nomes que mencionei existe ainda a  
444 candidatura da Professora Maria Vitória Lopes Badra Bentley, da FCFRP e gostaria de  
445 realmente recomendar a recondução dos atuais membros da COP que podem  
446 participar desta atividade na COP. O desempenho destas pessoas tem sido  
447 maravilhoso. Sinto-me muito grato e quero expressar isto em público, a todos os  
448 membros que tem dedicado muita atenção e contribuído muito para a COP.” **Cons.**  
449 **Antonio Marcos de Aguirra Massola:** "Gostaria de indicar o nome do Professor José  
450 Roberto Castilho Piqueira, Diretor da Escola Politécnica, o qual possui um desempenho  
451 muito tranquilo para esta ação relatada pelo Professor Adalberto – lembro que indiquei  
452 o Professor Adalberto na reunião da FEA, creio que não errei. Desta forma, indico o  
453 nome do Professor Piqueira para participar desta Comissão." **Cons. Paulo Sérgio**  
454 **Varoto:** "Muito obrigado pela acolhida, não só estou debutando como Diretor, mas  
455 também é esta a minha primeira reunião do Conselho Universitário e estou ao inteiro  
456 dispor da Administração para auxiliar no melhor de minha competência. Gostaria de  
457 endossar, em nome do excelente relacionamento que a EESC tem com a Poli, o nome  
458 do Professor Piqueira como membro titular da COP. Tenho certeza que ele fará um  
459 excelente trabalho nesta Comissão." **Cons.ª Terezinha de Jesus Andreoli Pinto:**  
460 "Quero reiterar a indicação da Professora Maria Vitória Bentley. A Professora Maria  
461 Vitória já há um ano, aproximadamente, na Diretoria da Faculdade de Ciências  
462 Farmacêuticas de Ribeirão Preto adquiriu uma experiência relevante, é da área de  
463 Saúde e, anteriormente, participou do Conselho de Pesquisa da USP, chefiou  
464 departamento, e foi Vice-diretora da mesma Faculdade onde hoje é gestora. Participou,  
465 também, do Comitê Assessor da área de Farmácia CNPq e coordenação do programa

466 de Pós-graduação em Ciências Farmacêuticas. Este é um programa conceito 7 pela  
467 CAPES e além da dedicação na Pesquisa, também é extremamente dedicada na  
468 Graduação, particularmente em Tecnologia Farmacêutica. Desta forma, penso que a  
469 relação entre toda esta atividade acadêmica e a Comissão de Orçamento e Patrimônio  
470 seja que, se não prezarmos o aspecto científico e estritamente acadêmico, talvez toda  
471 a Comissão poderá se tornar refém de certos aspectos, faltando-lhe o aspecto  
472 acadêmico, que é imensamente importante. Então, endosso a indicação já anunciada  
473 pelo Professor Adalberto." **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins**: "Gostaria de fazer  
474 a indicação do Professor Tito Bonagamba, Diretor do Instituto de Física de São Carlos.  
475 Além da reconhecida trajetória como pesquisador, o Professor Tito tem acumulado, ao  
476 longo do tempo, uma carreira extremamente importante, com uma atuação  
477 extremamente importante em diversas áreas da gestão. Pessoalmente, tenho o  
478 privilégio de, nos últimos anos, ter podido conviver mais diretamente com o Professor  
479 Tito, seja nos trabalhos da CAECO, seja nos trabalhos do Conselho Gestor do *Campus*  
480 de São Carlos, de tal modo que sinto-me extremamente a vontade para propor o nome  
481 do Professor Tito para este trabalho, que é desnecessário dizer o quanto é  
482 fundamental. Em verdade, deveria ter começado minha fala, ainda que breve,  
483 parabenizando o Professor Adalberto - em seu nome todos os membros da COP -,  
484 porque este trabalho extremamente difícil é absolutamente vital para toda a  
485 comunidade universitária no enfrentamento – que certamente teremos êxito – deste  
486 momento particularmente difícil da vida da Universidade." **Cons.<sup>a</sup> Silvana Martins**  
487 **Mishima**: "Venho reiterar a indicação do nome da Professora Maria Vitória Bentley, da  
488 Faculdade de Ciências Farmacêuticas, com qualificações que já foram devidamente  
489 colocadas pela Professora Terezinha, mas estou aqui em nome dos colegas do  
490 *Campus* de Ribeirão para reiterar esta indicação." **Cons. Paulo César Rodrigues**  
491 **Conti**: "Na condição de representante da Congregação da FOB, gostaria de reiterar a  
492 candidatura da Professora Maria Aparecida. Ela tem trabalhado como suplente,  
493 participando de todas as reuniões da Comissão e, particularmente, tive a oportunidade  
494 de acompanhar de perto toda a carreira da Professora, tanto na gestão da pós-  
495 graduação, na qual promoveu mudanças estruturais muito significativas em Bauru e  
496 tenho certeza que agora, como Diretora, poderá continuar contribuindo como membro

497 titular desta Comissão." **Cons. Douglas Emygdio de Faria:** "Gostaria de reiterar a  
498 indicação do Professor Paulo Sobral. O Professor foi Vice-diretor da FZEA e  
499 atualmente é o Diretor da Unidade. Atualmente é suplente na COP, Editor Associado  
500 do International Journal of Food Studies, membro de Corpo Editorial das revistas Food  
501 Engineering Reviews e outras dentro da Tecnologia de Alimentos. Membro do Editorial  
502 Board do Newsletters, da IFA; foi diretor de cursos de divulgação de Relações Públicas  
503 da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos e também é Editor  
504 Adjunto das revistas Brazilian Journal of Food Technology, Ciência e Tecnologia de  
505 Alimentos; e Boletins da SBCTA; Chefe de Departamento de Zootecnia e Engenharia  
506 de Alimentos, Coordenador do Curso de Engenharia de Alimentos, Coordenador do  
507 Programa de Pós-graduação em Engenharia de Alimentos e, repetindo, foi Vice-diretor  
508 da FZEA e é atualmente Diretor, tendo um laboratório de pesquisa extremamente  
509 atuante, no qual recebe pesquisadores do mundo todo, pós-graduandos e diversos  
510 pós-doutorandos, tendo uma experiência muito sedimentada." Ato seguinte, o **M.**  
511 **Reitor** passa à **votação**. Apuradas as cédulas, obtém-se o seguinte resultado: Prof. Dr.  
512 Adalberto Américo Fischmann = 83 (oitenta e três) votos; Prof. Dr. José Roberto  
513 Castilho Piqueira = 67 (sessenta e sete) votos; Prof. Dr. Frederico Pereira Brandini = 54  
514 (cinquenta e quatro) votos; Prof. Dr. Dante Pinheiro Martinelli = 54 (cinquenta e quatro)  
515 votos; Prof. Dr. Gerson Aparecido Yukio Tomanari = 53 (cinquenta e três) votos; Prof.  
516 Dr. Laerte Sodré Júnior = 50 (cinquenta) votos; Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Vitória Lopes Badra  
517 Bentley = 49 (quarenta e nove) votos; Prof. Dr. Tito José Bonagamba = 40 (quarenta)  
518 votos; Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado = 33 (trinta e três)  
519 votos; Prof. Dr. Paulo José do Amaral Sobral = 15 (quinze) votos; Brancos = 102 (cento  
520 e dois) votos e; Nulos = 24 (vinte e quatro) votos. São eleitos os seguintes nomes para  
521 compor a Comissão de Orçamento e Patrimônio, como Titulares: Prof. Dr. Adalberto  
522 Américo Fischmann (FEA); Prof. Dr. Dante Pinheiro Martinelli (FEARP); Prof. Dr.  
523 Frederico Pereira Brandini (IO); Prof. Dr. Gerson Aparecido Yukio Tomanari (IP); Prof.  
524 Dr. José Roberto Castilho Piqueira (EP); e Prof. Dr. Laerte Sodré Júnior (IAG); e como  
525 Suplentes: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Vitória Lopes Badra Bentley (FCFRP); Prof. Dr. Tito José  
526 Bonagamba (IFSC) e; Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado (FOB).  
527 Ato seguinte, o **M. Reitor** passa à eleição de **seis membros docentes do Co e três**

528 **suplentes, para constituir a Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA), nos**  
529 **termos do § 2º do artigo 19 do Estatuto da USP. Cons.ª Terezinha de Jesus**  
530 **Andreoli Pinto:** “Conforme antecipado, na qualidade de decana e a título de  
531 esclarecimento, informo qual é a situação atual dos membros da CAA. Temos os  
532 Professores Valdecir de Assis Janasi, Carlos Carlotti Júnior, Jackson Bittencourt – que  
533 infelizmente não pôde comparecer por um motivo de viagem. Todos os membros, devo  
534 esclarecer, estarão conosco neste Conselho Universitário no decorrer de todo o ano,  
535 ou seja, é coerente que sejam elegíveis, além de terem manifestado interesse em  
536 permanecer. Acabei por omitir meu nome, pois como decana, obviamente, estou  
537 inclusa, sendo, portanto, quatro nomes de titulares e, adicionalmente, três outros  
538 nomes dos suplentes: os Professores Alexandre Nolasco, Silvana Mishima e Margarida  
539 Kunsch. Também, os suplentes tem participado ativamente durante as reuniões.  
540 Conforme disse a pouco o Professor Poveda, o motivo de estarmos apenas com quatro  
541 titulares, o que torna ainda mais importante a participação dos suplentes, foi o término  
542 do mandato do Professor José Vicente Caixeta Filho e do Professor Marcelo Romero.”  
543 **Cons. Waldyr Antonio Jorge:** “Estou tomando a liberdade de indicar a Prof.ª Belmira  
544 de Oliveira Bueno, nossa Diretora da Faculdade de Educação. É desnecessário falar  
545 da sua *expertise*, do seu *curriculum*, mas destaco a sua pró-atividade, a sua seriedade,  
546 a responsabilidade que tem com o trato público. Tenho certeza que ela será uma boa  
547 representante na CAA, principalmente representando a área de Humanidades.” **Cons.**  
548 **Antonio Marcos de Aguirra Massola:** “Quero fazer a indicação de um professor novo,  
549 o Prof. Hugo Sandim, da Escola de Engenharia de Lorena, que é um profundo  
550 conhecedor dessa área acadêmica e gostaria que ele tivesse essa chance de poder  
551 desenvolver programas junto à Comissão.” **Cons.ª Marisa Helena Gennari de**  
552 **Medeiros:** “Gostaria de indicar o nome do Prof. Luiz Henrique Catalani, Diretor do  
553 Instituto de Química. A competência científica e seriedade são reconhecidas, também  
554 participa de diversos comitês de avaliação, é membro de corpo editorial de revista  
555 científica e tem uma experiência bastante vasta - já participou de diversas Comissões  
556 na Universidade - e todos podem atestar sua seriedade e competência. Acredito que  
557 seria um excelente nome para esta Comissão.” **Cons. Carlos Alberto Ferreira**  
558 **Martins:** “Como lembrou o Magnífico Reitor a poucos minutos, embora não haja uma

559 regra escrita nesse sentido é extremamente importante buscar um equilíbrio entre as  
560 áreas do conhecimento. Atrever-me-ia dizer que das três Comissões, essa é aquela em  
561 que esse equilíbrio é ainda mais importante, porque é onde há riquíssima diversidade,  
562 que constitui o nosso grande patrimônio como Universidade, porque, afinal de contas,  
563 as dificuldades financeiras ou a regulamentação é igual para todas as áreas. É  
564 exatamente no âmbito do importantíssimo trabalho da Comissão de Atividades  
565 Acadêmicas que essa presença é fundamental e, nesse sentido, gostaria de fazer a  
566 indicação da Profa. Maria Angela Faggin Pereira Leite. Não o faço por paroquialismo  
567 de arquitetos, gostaria de deixar isso bastante claro, até porque a trajetória da Profa.  
568 Maria Angela nesta Universidade tem sido bem mais ampla do que a sua atuação  
569 importante na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - e hoje na Direção. A Profa.  
570 Maria Angela foi Diretora do nosso Instituto de Estudos Brasileiros, teve uma  
571 importantíssima atuação na Comissão Central de Avaliação Docente, de forma que  
572 estou absolutamente seguro de que a trajetória da Professora será extremamente  
573 importante para nós, na Comissão de Atividades Acadêmica.” **Cons. José Roberto**  
574 **Castilho Piqueira**: “Vou falar apenas da área de exatas, todos os nomes que estão  
575 colocados na área de exatas são muito bons e de altíssima relevância para a nossa  
576 Universidade. Entretanto, gostaria de ressaltar o nome do Prof. Hugo Ricardo Sandim,  
577 da Escola de Engenharia de Lorena, que é um pesquisador muito competente e  
578 acredito que a colocação de alguém da EEL em alguma dessas Comissões melhorará  
579 a integração desse novo *Campus* da USP na nossa Universidade como um todo.” **M.**  
580 **Reitor**: “Quero apenas reafirmar o que o Prof. Carlos Martins falou. Se o equilíbrio é  
581 necessário, obviamente, em todas as Comissões, ou pelo menos desejável, nesta ele é  
582 necessário e, portanto, a escolha deve ter isto em vista. Peço aos servidores da SG  
583 que façam as apurações e ao Prof. Sérgio Adorno, já que ele não é candidato, que  
584 neste momento acompanhe e coordene as apurações.” O **M. Reitor** passa à **votação**.  
585 Apuradas as cédulas, obtém-se o seguinte resultado: Carlos Gilberto Carlotti Júnior =  
586 71 (setenta e um) votos; Terezinha de Jesus Andreoli Pinto = 53 (cinquenta e três)  
587 votos; Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno = 48 (quarenta e oito) votos; Valdecir  
588 de Assis Janasi = 44 (quarenta e quatro) votos; Luiz Henrique Catalani = 41 (quarenta  
589 e um) votos; Alexandre Nolasco de Carvalho = 38 (trinta e oito) votos; Hugo Ricardo

590 Zschommler Sandim = 37 (trinta e sete) votos; Maria Angela Faggin Pereira Leite = 35  
591 (trinta e cinco) votos; Silvana Martins Mishima = 35 (trinta e cinco) votos; Margarida  
592 Maria Krohling Kunsch = 31 (trinta e um) votos; Jackson Cioni Bittencourt = 28 (vinte e  
593 oito) votos; Brancos = 133 (cento e trinta e três); Nulos = 28 (vinte e oito). São eleitos  
594 os seguintes nomes para constituir a Comissão de Atividades Acadêmicas, como  
595 Titulares: Professores Carlos Gilberto Carlotti Júnior, Terezinha de Jesus Andreoli  
596 Pinto, Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno, Valdecir de Assis Janasi, Luiz  
597 Henrique Catalani e Alexandre Nolasco de Carvalho; e como Suplentes: Professores  
598 Hugo Ricardo Zschommler Sandim, Maria Angela Faggin Pereira Leite e Silvana  
599 Martins Mishima. Ato seguinte, o **M. Reitor** passa à **Eleição de um membro para**  
600 **integrar o Conselho Editorial da EDUSP, em decorrência do término do mandato**  
601 **do Prof. Dr. Carlos Alberto Barbosa Dantas, nos termos do inciso II do artigo 4º**  
602 **da Resolução nº 4872/01, alterada pela Resolução nº 4913/02. Cons.<sup>a</sup> Maria**  
603 **Arminda do Nascimento Arruda:** “Gostaria de indicar a recondução do Prof. Carlos  
604 Alberto Barbosa Dantas. O Prof. Caio Dantas é um matemático conhecido, já foi Pró-  
605 reitor de Graduação, faz parte do Conselho da EDUSP e tem desenvolvido um  
606 excelente trabalho lá. Tem uma particularidade, ele vem de uma ciência básica e tem  
607 um imenso apetite para todas as áreas. Na minha opinião, ele é uma figura importante  
608 para fazer parte do Conselho Editorial da EDUSP - a mais importante editora  
609 universitária do Brasil.” A seguir, o **M. Reitor** passa à **votação**. Apuradas as cédulas,  
610 obtém-se o seguinte resultado: Carlos Alberto Barbosa Dantas = 82 (oitenta e dois)  
611 votos; Sedi Hirano = 1 (um) voto; Brancos = 17 (dezesete). É eleito o Prof. Dr. Carlos  
612 Alberto Barbosa Dantas para integrar o Conselho Editorial da EDUSP. Ato seguinte, o  
613 **M. Reitor** passa à **Eleição de um membro docente para compor a Comissão de**  
614 **Ética da USP, nos termos do § 1º do artigo 40 da Resolução nº 4871/2001, tendo**  
615 **em vista o pedido de renúncia do Prof. Dr. Brasílio Sallum Junior. Cons. Cícero**  
616 **Romão Rezende de Araújo:** “Gostaria de indicar o Prof. João Paulo Candia, do  
617 Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia. O Professor João Paulo  
618 foi Presidente da Comissão de Pesquisa da Faculdade, teve uma atuação muito  
619 importante, especialmente em relação à discussão sobre Ética na Pesquisa da  
620 Universidade, de forma que gostaria de indicá-lo.” **Cons. Pedro Bohomoletz de Abreu**

621 **Dallari**: “Na qualidade de Diretor do Instituto de Relações Internacionais, gostaria de  
622 sugerir ao Colegiado o nome do Prof. Amâncio Jorge de Oliveira, que é representante  
623 da Congregação do Instituto junto ao Conselho Universitário, é médico de formação e  
624 Doutor em Ciência Política, de forma que reúne em si mesmo um ecletismo que poderá  
625 ser útil para a nossa Comissão de Ética.” **Cons. José Otávio Costa Auler Junior**:  
626 “Não estou indicando ninguém. A minha pergunta é se a Comissão está balanceada  
627 com pessoas masculinas e femininas, para não ficar zero a zero. Frente à situação hoje  
628 evidenciada, é necessário que haja um equilíbrio forte nessa questão.” **M. Reitor**:  
629 “Entre os membros docentes temos duas mulheres e dois homens, está pedindo  
630 demissão um homem; entre os representantes dos técnicos e administrativos, sendo  
631 apenas um, é um homem e a Presidente - ou Presidenta - é uma mulher, que é a Prof.<sup>a</sup>  
632 Maria do Carmo Calijuri. Estamos substituindo o Prof. Brasílio Sallum Junior. Lembro  
633 que tem que ser um Professor Titular da Universidade de São Paulo, mas não precisa  
634 ser membro do Conselho. Por que essa exigência? Porque ela trata de questões  
635 muitas vezes que envolvem os Professores Titulares e isso cria, às vezes, uma  
636 questão hierárquica difícil dentro de uma Comissão que trata de questões muito  
637 sensíveis; não é nenhum apego exagerado à hierarquia.” **Cons. Sérgio França**  
638 **Adorno de Abreu**: “Diante desse esclarecimento, eu como Diretor da Faculdade de  
639 Filosofia gostaria de recomendar fortemente o nome do Prof. Amâncio, que tem essa  
640 dupla formação na área de Medicina. Foi professor do Departamento de Ciência  
641 Política e hoje é professor do Instituto de Relações Internacionais. Acho que compõe  
642 um perfil muito interessante para essa Comissão.” A seguir, o **M. Reitor** passa à  
643 **votação**. Apuradas as cédulas, obtém-se o seguinte resultado: Amâncio Jorge de  
644 Oliveira = 90 (noventa) votos; Brancos = 9 (nove); Nulos = 3 (três). É eleito o Prof. Dr.  
645 Amâncio Jorge de Oliveira para compor a Comissão de Ética. **M. Reitor**: “Neste  
646 momento, quero antes aproveitar para agradecer a todos que ano passado serviram  
647 nessas diferentes Comissões, cumprimentar a todos e dizer que é sempre um trabalho  
648 que a Universidade reconhece enormemente. Pedi a inclusão de uma pauta  
649 suplementar e vou pedir que a matéria seja incluída neste momento, porque se trata  
650 novamente de eleição, agora, do Conselho Superior da FAPESP, constituído por doze  
651 pessoas e a Universidade de São Paulo, em virtude do Estatuto da FAPESP, indica

652 três nomes. Na verdade, ela indica nomes para três listas que vão ao Governador do  
653 Estado, que escolhe em cada uma das listas um nome, de tal maneira que três  
654 membros do Conselho Superior da FAPESP são derivados de indicações feitas pela  
655 Universidade de São Paulo. Esclareço que são indicações feitas pela Universidade de  
656 São Paulo, não são obrigatoriamente membros do Conselho Universitário e nem  
657 obrigatoriamente até membros da Universidade, são pessoas que o Conselho  
658 Universitário da USP reconhece como pessoas que podem constituir aquele Conselho  
659 Superior. Há uma semana, aproximadamente, tivemos a notícia do falecimento do Prof.  
660 Dr. Alejandro Szanto de Toledo, Professor Titular do Instituto de Física e ele era um  
661 dos membros do Conselho Superior da FAPESP indicados por este Conselho. Em  
662 primeiro lugar quero registrar na Ata do Conselho Universitário os nossos sentimentos,  
663 os nossos pêsames pelo falecimento do Professor Alejandro, estender esses pêsames  
664 à família e, ao mesmo tempo, tomar as providências para que façamos a indicação,  
665 porque fomos oficiados pelo Presidente do Conselho Superior da FAPESP, Prof. Celso  
666 Lafer, pedindo que fizéssemos a indicação. Recebemos esse ofício ontem e, portanto,  
667 decidimos inclui-lo na Ordem do Dia, caso contrário teríamos um longo período em que  
668 este assunto não poderia tramitar. Iremos, portanto, se todos estiverem de acordo,  
669 realizar agora a indicação de três nomes que irão compor uma lista tríplice, que será  
670 encaminhada ao Governador do Estado, para a escolha de um membro para compor o  
671 Conselho. Como é tradição, essa Universidade procura equilibrar as três áreas do  
672 conhecimento, o Prof. Alejandro Szanto de Toledo era da área de Ciências Exatas e,  
673 portanto, faremos indicações de três nomes da referida área.” Conforme anunciado, o  
674 **M. Reitor** passa à **PAUTA SUPLEMENTAR** - Composição de lista tríplice, para a área  
675 de Ciências Exatas e Tecnologia, a ser enviada ao Exmo. Sr. Governador do Estado,  
676 visando à escolha de um novo representante da USP junto ao Conselho Superior da  
677 FAPESP, tendo em vista o falecimento do Prof. Dr. Alejandro Szanto de Toledo, em  
678 cumprimento do período remanescente do mandato original, conforme determina o  
679 artigo 7º, parágrafo 2º, da Lei nº 5918, de 18.10.60, combinado com o art. 9º, item “b”  
680 do Estatuto da FAPESP (Decreto nº 40132, de 23.5.62). **M. Reitor**: “Tomo a iniciativa  
681 sabendo que temos um enorme número de pessoas que poderiam representar esse  
682 papel na Universidade, o nosso maior capital é o humano e de qualidade de pessoas

683 qualificadas, nas mais diferentes áreas. Gostaria de tomar a iniciativa de propor um  
684 nome em particular, que é o do ex-Reitor Prof. José Goldemberg. Se esse Conselho  
685 entender, porque o Prof. Goldemberg jamais se lançaria candidato, jamais passaria  
686 mensagens como nós fazemos e faz parte da nossa vida, ele não faria isso, mas tenho  
687 certeza de que seria um excelente nome para compor o quadro de representantes da  
688 Universidade de São Paulo naquele Conselho. Outros nomes poderão ser  
689 apresentados, porque precisamos de uma lista de três nomes pelo menos.” **Cons.**  
690 **José Rogério Cruz e Tucci**: “Gostaria de ratificar essa indicação feita pelo M. Reitor,  
691 que é extremamente oportuna e feliz, até porque o Prof. Goldemberg, que dispensa,  
692 evidentemente, qualquer apresentação, tem ligações com a Universidade, foi indicado  
693 por Vossa Magnificência, no dia 25 de janeiro do ano passado, no dia da posse, como  
694 Presidente da Comissão de festejos dos 80 anos da USP, e ele se incumbiu dessa  
695 tarefa demonstrando um amor enorme à Universidade. Portanto, essa indicação vem  
696 mesmo a calhar.” **Cons. Frederico Pereira Brandini**: “Também reitero as palavras, o  
697 Prof. José Goldemberg também dispensa qualquer comentário, mas acho salutar  
698 termos mais alguns nomes, porque de qualquer maneira, trata-se de uma lista tríplice e  
699 acho que, para substituir o Prof. Alejandro, que era um Físico, recomendo o nome de  
700 um outro físico, um físico dos mares, um oceanógrafo físico bastante conhecido no  
701 Brasil e no exterior, que é o Professor Belmiro Mendes de Castro Filho. Ele é  
702 representante da Congregação do Instituto Oceanográfico. O Prof. Belmiro fez seu  
703 doutorado na Universidade de Miami e é uma das personalidades mais importantes da  
704 oceanografia brasileira, tendo orientado dezenas de teses de mestrado e doutorado;  
705 recebeu o Prêmio Jabuti pelo livro 'Oceanografia dos Estuários', extremamente  
706 conhecido, e acho que é um excelente nome para compor essa lista.” **Cons. José**  
707 **Roberto Catilho Piqueira**: “Em primeiro lugar gostaria de homenagear o Prof.  
708 Alejandro Szanto de Toledo, que foi um grande colega nosso e que sofreu, ao longo da  
709 sua trajetória acadêmica, algumas injustiças e foi detratado injustamente em algumas  
710 ocasiões. Presto uma homenagem a esse cientista importante do nosso país. Esse  
711 cientista que conseguiu levar a ciência brasileira a padrões internacionais realmente  
712 altos. Em segundo lugar, gostaria de dizer que ninguém deixaria de indicar o Prof. José  
713 Goldemberg, principalmente a Escola Politécnica de onde ele foi professor catedrático,

714 o Prof. Goldemberg tinha sua cátedra na Escola Politécnica, mas gostaria de indicar  
715 um cientista que considero brilhante que é o Prof. Luiz Nunes de Oliveira. O Prof. Luiz  
716 Nunes de Oliveira é ex Pró-reitor de Pesquisa desta Universidade e é um Físico cujas  
717 qualidades são inegáveis. Para que todos tenham uma ideia, fui colega do Prof. Luiz  
718 Nunes de Oliveira durante o curso de graduação e a primeira vez que ele tirou uma  
719 nota diferente de dez, foi no terceiro ano. Realmente o Prof. Luiz é uma personalidade  
720 muito importante a ser acrescentada nesta lista tríplice.” **Cons. Ildo Luis Sauer**:  
721 “Quero me associar à homenagem ao Prof. Alejandro e, também, obviamente,  
722 endossar como o Prof. Goldemberg, desde 1992 – portanto, a vinte e um anos - vem  
723 atuando no Instituto de Energia e Ambiente. Como Professor Sênior de lá atualmente,  
724 quero endossar e manifestar a satisfação do nosso Instituto com a indicação feita pelo  
725 Reitor, ao mesmo tempo que manifesto o meu respeito e apoio aos dois nomes já  
726 indicados aqui.” **Cons. Lucas Antonio Moscato**: “Quero, também, associar-me às  
727 homenagens ao Prof. Alejandro, excelente Físico, excelente pessoa, mas, também,  
728 porque ele era meu vizinho – foi, durante quinze anos, meu vizinho -, morávamos em  
729 casas uma de frente para a outra e muito convivi com ele neste período e aprendi a  
730 apreciá-lo como pessoa e como Físico. Claro, o Prof. Goldemberg é um grande nome e  
731 o Prof. Luiz Nunes e o Prof. Belmiro também, mas gostaria de indicar outro engenheiro,  
732 além do Prof. Goldemberg, que é o Prof. José Roberto Castilho Piqueira, da Escola  
733 Politécnica, para que seja votado, porque também possui grande liderança e  
734 qualidades para representar plenamente este Conselho Universitário no Conselho  
735 Superior da FAPESP.” **Cons. Tito José Bonagamba**: “Como Físico, fico muito  
736 honrado de ver essa lista encabeçada por três nomes de físicos que são fundamentais  
737 para a minha formação, mas gostaria de indicar uma pessoa que tem grande  
738 expressão na área de engenharia, repito a pessoa que me antecedeu, indicando  
739 também o nome do Prof. Piqueira, porque seria importante ter o nome de um  
740 engenheiro de grande expressão hoje, Diretor da Poli, para que pudesse fazer parte  
741 dessa lista tríplice também. Aproveito a oportunidade para lamentar a perda do Prof.  
742 Alejandro Szanto de Toledo, transmitindo, através do Prof. Marcos Nogueira Martins ao  
743 Instituto de Física, o nosso pesar pela perda desse Professor.” **Cons. Marcos**  
744 **Noqueira Martins**: “Quero agradecer as palavras do Prof. Piqueira e dos outros

745 colegas que se manifestaram sobre a perda do Prof. Alejandro e dizer que o Instituto  
746 de Física realmente ficou mais pobre com a perda do Prof. Alejandro. Obrigado.” Ato  
747 seguinte o M. Reitor passa à **votação**. Apuradas as cédulas, obtém-se o seguinte  
748 resultado: José Goldemberg = 78 (setenta e oito) votos; Luiz Nunes de Oliveira = 70  
749 (setenta) votos; José Roberto Castilho Piqueira = 57 (cinquenta e sete) votos; Belmiro  
750 Mendes de Castro Filho = 41 (quarenta e um) votos; Brancos = 51 (cinquenta e um);  
751 Nulos = 6 (seis). São eleitos os seguintes nomes para compor a lista tríplice, para a  
752 área de Ciências Exatas e Tecnologia, a ser enviada ao Exmo. Sr. Governador do  
753 Estado, visando à escolha de um novo representante da USP junto ao Conselho  
754 Superior da FAPESP: José Goldemberg, Luiz Nunes de Oliveira e José Roberto  
755 Castilho Piqueira. Ato contínuo, terminadas as eleições, o M. Reitor passa a palavra  
756 aos Conselheiros inscritos para manifestação. **Cons. Hugo Ricardo Zschommler**  
757 **Sandim**: “Hoje completo, praticamente, um ano como membro representante da  
758 Congregação da Escola de Engenharia de Lorena neste Conselho e resolvi redigir um  
759 discurso para não me perder nas minhas ideias. Dirijo-me hoje pela primeira vez para  
760 externar a situação precária dos novos cursos criados em Lorena e da necessidade de  
761 se completar o processo de institucionalização da EEL. Face ao empasse na  
762 proposição de soluções para esses problemas é que tomei a iniciativa independente de  
763 me manifestar. Mesmo que fatos novos tenham ocorrido de sexta-feira para cá, a  
764 decisão de me manifestar foi absolutamente soberana. Os problemas que dizem  
765 respeito às precárias condições dos três novos cursos criados na EEL, em 2012, após  
766 a aprovação por todas as instâncias competentes dessa Universidade podem ser  
767 divididos em duas partes principais. A primeira, a falta de professores do ciclo  
768 profissionalizante dos cursos de Engenharia Ambiental, Engenharia Física e  
769 Engenharia de Produção. Segundo, ou o mais importante, a completa falta de  
770 laboratórios didáticos nos três cursos supracitados. A descrição pormenorizada desses  
771 problemas foi objeto de três ofícios assinados pelo Diretor da EEL, Prof. Massola, que  
772 dispensa apresentação neste Conselho. Refiro-me aos ofícios 159/2014, 217/2014 e  
773 02/2015, os dois primeiros endereçados ao Pró-reitor de Graduação e o último  
774 endereçado à Ouvidora dessa Universidade. O cenário da USP mudou bastante de  
775 2010 para cá. À época, propôs-se um plano ambicioso de criação de um Polo de

776 Engenharia em Lorena, iniciativa do então Reitor da Universidade, Prof. João Grandino  
777 Rodas. Por 'inexperiência' - e aqui eu grifo e coloco entre aspas - da gestão anterior da  
778 EEL, época em que os recursos eram - ou pareciam ser - abundantes nessa  
779 Universidade, uma parte importante dos concursos autorizados acabou não  
780 acontecendo; e poderiam ser feitos, naquele tempo, muito mais ou quase tudo, faltou,  
781 na minha opinião, agilidade administrativa, porque recursos, em tese, havia. A EEL  
782 chegou ao ponto de devolver quantias vultosas à Universidade de São Paulo, por não  
783 ter conseguido comprar os equipamentos de laboratório de ensino e nem construído os  
784 prédios para abrigá-los. A boca miúda, fala-se algo em torno de R\$ 12 milhões, que  
785 eram disponíveis no momento e não foram utilizados pela Escola. Não me cabe, nesse  
786 momento, discutir as razões para esses atrasos que comprometem duramente as  
787 atividades nos novos cursos hoje em dia. Para agravar a situação, fomos atropelados  
788 pela crise financeira da Universidade muito mais do que as Unidades já consolidadas e  
789 com maior prestígio nesta Casa. O ciclo profissionalizante desses cursos chegou, o  
790 que vivenciamos hoje na EEL, com relação aos novos cursos, são reclamações - que  
791 em minha opinião são justíssimas - por parte dos alunos junto à Ouvidoria;  
792 transferência de alunos insatisfeitos para outros cursos internamente e deixando a  
793 Escola; necessidade recorrente de emprestarmos professores de outras Escolas - e  
794 faço aqui o agradecimento público ao Prof. Piqueira, porque vários professores da  
795 Escola Politécnica hoje têm se prestado a nos ajudar nessa tarefa; a sugestão da  
796 contratação de professores temporários, que em minha opinião é muito pouco atraente,  
797 pois não atrai bons profissionais; falta de equipamentos e de laboratórios didáticos,  
798 além da desmotivação dos discentes. Vivemos um quadro de improvisação contínua.  
799 Pior ainda, é pedir aos professores desses cursos, em especial aos respectivos  
800 Coordenadores, que compareçam à recepção dos calouros, onde os pais dos alunos  
801 se encontram, porque quando questionados sobre a qualidade dos novos cursos, são  
802 obrigados a desconversar e dizer que as soluções estão a caminho. A precarização da  
803 qualidade dos cursos destoa da apregoada excelência da Universidade. O terceiro  
804 problema que trago ao conhecimento dos Conselheiros é que a institucionalização da  
805 EEL ainda permanece inconclusa, mesmo após quase dez anos da encampação pela  
806 Universidade de São Paulo. A progressão horizontal está congelada, não dispomos de

807 um quadro de Professores Titulares com professores oriundos da EEL, precisamos  
808 emprestar esses docentes de outras Unidades para compor a nossa Congregação até  
809 hoje. Em virtude dos inúmeros compromissos desses Professores Titulares, eles não  
810 comparecem às reuniões, portanto, não vivenciam o dia a dia e nem os problemas  
811 enfrentados pela Unidade. Dentre pelo menos três anos teremos que escolher o  
812 sucessor do Professor Massola e a inexistência de um quadro próprio de docentes  
813 Titulares na EEL permanecerá. Precisamos realizar esses concursos e dar a  
814 oportunidade aos nossos professores de poder, pelo menos, concorrer a essas vagas.  
815 Há massa crítica experiente e qualificada na EEL também. Falo com base no cenário  
816 atual, pois não sabemos o que irá acontecer na Estatuinte com relação ao papel  
817 desses Titulares na administração da Escola ou na Universidade. Não foi possível  
818 detalhar todos os problemas nestes cinco minutos regimentais que me são concedidos,  
819 entretanto, peço ao Magnífico Reitor e ao Pró-reitor de Graduação, os atores mais  
820 importantes para a solução desses problemas, que apresentem uma solução, qualquer  
821 que ela seja. Apesar da ênfase dada à EEL e à EACH no discurso de posse, Professor  
822 Zago, a EEL vem aguardando com ansiedade, há mais de um ano, um espaço na  
823 agenda de Vossa Senhoria e de alguns Pró-reitores, para nos visitar. Agradeço a  
824 atenção de todos e gostaria muito, realmente, que a minha primeira manifestação neste  
825 Conselho Universitário versasse sobre temas mais amenos, mas a urgência e a  
826 gravidade dos problemas me levaram a ter que falar sobre aspectos mais espinhosos.”

827 **Cons. Douglas Emygdio de Faria:** “Muito provavelmente tomado pelos ares da  
828 inquietação e também pelo otimismo é que aqui estou para fazer, na condição de  
829 representante da Congregação da FZEA, esse breve discurso nesta primeira reunião  
830 do Conselho Universitário. Estou aqui com uma matéria do jornal 'O Estado de São  
831 Paulo' do dia 01.06.2013 e o título da matéria é 'Agrárias põem o Brasil entre  
832 universidades tops'. A USP é considerada a sexta melhor instituição do mundo na área,  
833 considerando o *ranking* University Ranking by Academic Performance. A vocação das  
834 terras brasileiras que encontraram colonizadores continua, após quinhentos anos, um  
835 grande diferencial do país não apenas na balança comercial, mas, também, na  
836 Academia. As pesquisas agrárias brasileiras conquistam destaque mundial e as  
837 Universidades do país, as suas melhores posições em *rankings* internacionais. A

838 Universidade de São Paulo conquistou, no ano de 2013, a vigésima oitava posição na  
839 classificação geral; considerando apenas Agricultura e Ciências Ambientais, chegou a  
840 sexto lugar, atrás de quatro Universidades americanas e uma holandesa. Os *rankings*  
841 mapeiam, entre outros quesitos, a repercussão da produção científica e a reputação  
842 internacional. Nos dois levantamentos, as melhores brasileiras têm desempenho  
843 superior em Agrárias do que na média geral. Basicamente na USP, temos três  
844 Unidades ligadas fortemente às Ciências Agrárias, são a FZEA, a ESALQ e a FMVZ, e  
845 outras Unidades que também estudam e pesquisam na área. Deixo aqui o registro,  
846 publicamente, dos meus parabéns pela efetiva colaboração que essas Unidades têm  
847 prestado à nossa Universidade. Em relação à FZEA, é uma instituição completando  
848 seus 23 anos em 2015. Iniciou com o curso de Zootecnia em 1992, na época se  
849 inscreviam 20 alunos por ano, depois subiu para 30, depois para 40 alunos, de forma  
850 que tínhamos, em 1992, de 90 a 100 alunos em Pirassununga. Hoje temos, com os  
851 novos cursos implantados, que foram Engenharia de Alimentos noturno e diurno,  
852 Engenharia de Biosistemas e Medicina Veterinária, em torno de 1.300 a 1.400 alunos  
853 de graduação e cerca de 200 a 250 alunos de pós-graduação. Antes tínhamos somente  
854 um curso de pós-graduação, mestrado e doutorado em Zootecnia, hoje temos ainda  
855 mestrado e doutorado em Engenharia de Alimentos, Ciências Biomédicas, Engenharia  
856 de Ciências dos Materiais, Biociência Animal e um mestrado profissional na área de  
857 Inovação e Gestão na Área Animal. Os nossos alunos e os nossos egressos  
858 representam muito bem a FZEA no contexto do setor produtivo e no contexto do setor  
859 acadêmico também. Só para citar um exemplo, na área de intercâmbio internacional, a  
860 FZEA tem cerca de 15% a 17% dos seus alunos de graduação intercambiando pelo  
861 mundo em diferentes Universidades, como Harvard, Flórida, Davis, Missouri,  
862 Alemanha, Portugal, Espanha, Bélgica, França, Itália, Nova Zelândia, Austrália, Canadá  
863 e outras. Temos, também, o duplo diploma com a Universidade de ONIRIS, na França,  
864 no curso de Engenharia de Alimentos. Isso é fruto do empenho e dedicação, muitas  
865 vezes de forma isolada, de nossos colegas da Faculdade de Zootecnia e Engenharia  
866 de Alimentos. Falando rapidamente sobre alguns aspectos do agronegócio brasileiro, o  
867 Brasil é o maior exportador de carne bovina e de carne de aves do mundo desde 2003.  
868 Todos os senhores sabem que o mundo tem duzentos e poucos países, o Brasil

869 exporta para mais de cento e cinquenta países, então praticamente atende todo o  
870 planeta, cerca de 40% ou um pouquinho mais do frango comercializado  
871 internacionalmente provem do Brasil. Conseqüentemente, nos preocupa intensamente  
872 nossas atuais condições para o perfeito e adequado ensino e pesquisa na área.  
873 Acredito que possamos nos impulsionar pelo lado positivo e encontramos as soluções  
874 para essas dificuldades que estamos enfrentando, lembrando que a FZEA reprogramou  
875 várias obras entre biblioteca, ampliação de laboratórios e outras, cujo  
876 comprometimento seria de R\$ 37 milhões a 40 milhões, no entanto, posso comentar  
877 sobre um projeto muito irrisório, cerca de R\$ 200 mil a R\$ 250 mil, cuja verba já estava  
878 com a FZEA e que foi retomada pela Reitoria, que espero que seja construída na  
879 gestão do Prof. Zago. Contudo, nossa preocupação ocorre com a necessidade do  
880 preparo contínuo dos nossos alunos de graduação e pós-graduação. Para finalizar,  
881 também trago aqui hoje uma demanda dos seguimentos dos funcionários, que deixei  
882 em uma reunião do Co que tratou sobre reajuste salarial e foi do programa PIDV e que  
883 estamos aguardando essa resposta.” **Cons. Benedito Honório Machado**: “Retomando  
884 as minhas intervenções do ano de 2014, quando destaquei aqui o massacre que a  
885 Universidade de São Paulo sofreu da imprensa paulistana, especialmente do grupo  
886 'Folha de São Paulo', esse foi um ponto extremamente negativo no ano de 2014, fomos  
887 apedrejados de todas as formas pelos meios de comunicação e entendo que o  
888 conjunto da Universidade não se posicionou em defesa dos valores que construímos  
889 ao longo dos 80 anos que celebramos no ano passado. No entanto, não foram só  
890 pedras, e é nesse sentido que quero destacar um editorial da revista da FAPESP, que  
891 é um observador preferencial da nossa Universidade, uma vez que é o nosso grande  
892 financiador, um editorial do Prof. Brito Cruz, que não conheço pessoalmente, não tenho  
893 nenhuma relação pessoal com o professor que sei que é da UNICAMP e, portanto,  
894 entendo como sendo uma análise importante para o momento que a nossa  
895 Universidade vive. Ele destaca que a USP faz o Brasil ser um país melhor. Quem não  
896 leu, recomendo a leitura desse artigo, por um observador que eu diria, privilegiado e  
897 supostamente isento, porque não é membro da nossa Universidade e reflete o  
898 pensamento de uma instituição, que da nossa parte, tem toda a credibilidade, que é a  
899 FAPESP. Vale destacar alguns parágrafos, como por exemplo, a análise comparativa

900 que ele faz com o sistema de universidades do estado da Califórnia, nos Estados  
901 Unidos, modelo que é tido como padrão mundial, só que é um modelo de duas a cinco  
902 vezes mais caro que o modelo USP; e para o padrão daquele país - Estados Unidos -,  
903 o que a Universidade da Califórnia produz é muito menos que a USP faz pelo Brasil.  
904 Portanto, isso é muito positivo para a nossa auto estima, que foi destruída ao longo de  
905 2014. Além disso, o fato da FAPESP ou Diretor Científico destacar que no período da  
906 autonomia, a USP, com praticamente o mesmo corpo docente, conseguiu fazer uma  
907 expansão de graduação e pós-graduação do tamanho da UNICAMP ou da Federal de  
908 Minas Gerais, em Belo Horizonte é outro motivo de destaque que acho que deve  
909 constar dos anais do Conselho Universitário. Nesse sentido, acho que o nosso grande  
910 financiador, um grande banco de fomento do Estado de São Paulo, reconhece e  
911 destaca o valor da nossa Universidade, e é nesse cenário de 2015, com a auto estima  
912 elevada, devemos trabalhar na direção que o nosso Reitor apresenta no seu plano de  
913 metas para a USP em 2015. Quero cumprimentar o Reitor por essa iniciativa, mas  
914 fazer uma ressalva: entendo, pela fala do Magnífico Reitor nos Conselhos anteriores,  
915 que este Conselho participaria ativamente de todos os processos daqui para frente ou  
916 do ano passado para cá, em função da crise econômica que vivenciamos. Esse modelo  
917 do Reitor, de se reunir com os Diretores tem que ser respeitado, obviamente, os  
918 nossos Diretores representam as suas instituições, mas seria desejável que a decisão  
919 dos planos de metas passassem pelo Conselho Universitário pela seguinte razão: não  
920 tenho nenhuma experiência de gestão empresarial, mas seria extremamente estranho  
921 que o Conselho Administrativo de qualquer grande empresa não participasse do  
922 estabelecimento das metas, mas viesse depois aprovar ou não o orçamento, como  
923 fizemos no final do ano passado, onde havia contas a dever que nem sabíamos - e  
924 confesso que não sei ainda - quem são os nossos credores. Essa é uma questão, que  
925 do ponto de vista da gestão, seguramente os nossos colegas da FEA têm isso em uma  
926 dimensão plena de como fazer uma gestão em um Conselho Administrativo, que  
927 supostamente é a função do Conselho Universitário. Nesse cenário, a auto estima do  
928 Conselho, dos docentes e da Universidade estariam juntos com o Reitor na  
929 reconstrução das finanças, porque o acervo humano, como o próprio Reitor já  
930 destacou, já está preservado.” **M. Reitor:** “Quero fazer um comentário e agradecer as

931 palavras do Prof. Benedito; e dizer que ambos dividimos pelo menos uma coisa em  
932 comum, o nosso amor e entusiasmo pela Universidade de São Paulo. Tenho  
933 observado já há algum tempo que estou neste Conselho e há um ano presidindo e não  
934 há nenhuma dúvida de que isto não é um Conselho Administrativo. Ele não se  
935 enquadra naquilo que seria um Conselho Administrativo de uma empresa, isto é mais  
936 uma Assembleia de acionistas quase, porque os que estão aqui são portadores das  
937 ações daqueles que os elegeram para aqui estar. Isso que é um paralelo interessante,  
938 valeria a pena que todos considerassem, porque ando realmente muito preocupado  
939 com a maneira como fazemos o Conselho Universitário funcionar para fazer a gestão  
940 da Universidade, há que haver um equilíbrio entre aquilo que cabe aqui para discussão  
941 e aquilo que precisa ter uma revisão mais ampla do que, exclusivamente, o critério do  
942 próprio Reitor, ou seja, o Reitor não pode e não deve ser o gestor absoluto da  
943 Universidade, ele precisa compartilhar isto, e o mais possível é com as representações  
944 das Unidades. Por outro lado, o Conselho Universitário se transformou em um órgão  
945 bastante grande e com uma agenda complicada, portanto, temos que arrumar saída  
946 para compatibilizar essas coisas. Acharia difícil, a não ser que fosse para uma simples  
947 aprovação, alguns comentários, etc, que pudéssemos ter tido com o Conselho  
948 Universitário, o tipo de trabalho que houve com os Diretores, em que nos reunimos em  
949 Piracicaba, depois trocamos informações durante um mês e depois nos reunimos dois  
950 dias para discutirmos detalhadamente. De forma que temos que achar um equilíbrio  
951 para isso.” **Cons.<sup>a</sup> Maria Arminda do Nascimento Arruda (Apresentação)**: “Volto,  
952 rapidamente, só para chamar atenção para a recepção dos calouros. A Pró-reitoria de  
953 Cultura e Extensão Universitária associou-se às importantes iniciativas da Pró-reitoria  
954 de Graduação na semana de recepção aos calouros. Quero chamar atenção para a  
955 participação do Teatro da Universidade de São Paulo em todos os *campi* da USP e,  
956 também, quero chamar atenção para o fato de que a Pró-reitoria tem participado  
957 ativamente no auxílio da Comissão de Direitos Humanos e por isso apresentou, na  
958 semana de recepção aos calouros, um *folder* que esclarece a questão dos trotes, a  
959 questão da violência durante o trote, a relação entre veteranos e calouros, e a Pró-  
960 reitoria tem mediado a relação da Comissão de Direitos Humanos com a comunidade,  
961 promovendo por solicitação do Presidente da Comissão, Dr. José Gregori, reuniões

962 com discentes e servidores. Finalmente, iria apresentar algumas cenas do concerto de  
963 encerramento das comemorações dos 80 anos da Universidade de São Paulo, que foi  
964 no dia 14 de dezembro, no qual a orquestra executou a Nona Sinfonia de Beethoven.  
965 Foi uma iniciativa em conjunto com a concessão do Título de Professor Emérito para o  
966 Presidente da FAPESP, Prof. Celso Lafer, e lembrar afinal – permito-me parafrasear  
967 um importante poeta brasileiro, Manoel de Barros – que ‘A beleza da vida reside no  
968 desnecessário.’ ” **Cons. Bruno Rocha Sperb**: “A primeira coisa que queria dizer é que  
969 trouxe um desenho para mostrar para o Conselho Universitário, infelizmente a maior  
970 parte das pessoas não vão poder ver, principalmente os que estão no fundo, mas o que  
971 está escrito é ‘Cadê meus amiguinhos novos?’ Esse é um desenho entre vários outros  
972 desenhos que estão sendo pintados na frente da entrada da Reitoria, pelas crianças  
973 que, ou estavam inscritas para entrar nas creches nesse começo de ano e tiveram as  
974 suas vagas fechadas, ou já estão nas creches e estavam participando dessa atividade  
975 contra o fechamento das vagas nas creches, como é o caso desse desenho aqui. Não  
976 vou mais falar sobre isso, porque a minha companheira Neli está inscrita e trouxe uma  
977 carta para ler sobre o assunto. Mas esse assunto é uma das expressões reais do que é  
978 tratado aqui nesse Conselho como uma panaceia salvadora, que é o PIDV. Inclusive,  
979 nesse caso, como em alguns outros, entre eles o fechamento de um dos restaurantes  
980 universitários, que agora se diz que é em função de uma reforma, mas em um primeiro  
981 momento, o argumento foi justamente a falta de funcionários, fruto do PIDV, o que, pelo  
982 menos, é coerente, porque já havíamos vindo denunciando, antes do PIDV, que a falta  
983 de funcionários ali era dramática, um índice próximo de 70% de restrições ou  
984 afastamentos de saúde, em função de adoecimento de trabalho, que é uma situação  
985 simplesmente bárbara com a qual a Administração da Universidade convive há anos.  
986 Nesses dois casos se mostra que não é verdade, na prática, o que o Reitor disse no  
987 Conselho Universitário no ano passado - e de alguma forma enfatizou hoje - que seria  
988 uma prioridade da atual gestão da Reitoria a permanência estudantil, porque aqui  
989 nestes casos, o Reitor diz que as atividades fim não estão sendo prejudicadas – como  
990 disse hoje - e nem a permanência estudantil. Mas aqui está claro, vários estudantes e  
991 várias estudantes na porta, com seus filhos pequenos que não estão tendo como  
992 frequentar as suas aulas porque já não tem mais como deixar os seus filhos nas

993 creches como pretendiam, sendo que estavam com as vagas aprovadas até  
994 pouquíssimo tempo atrás. A mesma coisa é o impacto do fechamento de um  
995 restaurante, que também é um recurso de permanência estudantil fundamental. Para  
996 além desses serviços que implicam na permanência dos estudantes na Universidade,  
997 uma série de outros também estão sendo prejudicados. Outro caso dramático é do  
998 Hospital Universitário, está tendo leitos fechados em vários setores, inclusive na UTI, a  
999 semi-intensiva está praticamente fechada, refeições sendo cortadas para  
1000 acompanhantes de pacientes por falta de trabalhadores no setor de nutrição, leitos  
1001 sendo fechados em vários setores, ambulatórios com atendimentos sendo reduzidos, o  
1002 que é, sim – sempre enfatizamos isso - uma atividade fim da Universidade, ou seja, o  
1003 que nós dizíamos está se confirmando. Ao contrário de ser a salvação da Universidade,  
1004 o PIDV está sendo é o catalizador de um desmonte da Universidade, com vários  
1005 setores e serviços sendo diretamente fechados, como é o caso dos que citei e de  
1006 outros que estão sendo, ao invés de fechados, substituídos por diferentes medidas da  
1007 iniciativa privada - sejam Fundações, sejam empresas terceirizadas, sejam convênios,  
1008 seja lá o que for. Isso não irá acontecer de maneira tranquila, a comunidade  
1009 universitária, cujos interesses são opostos aos desse Conselho - e isso vem se  
1010 confirmando de novo e sempre -, certamente não irá aceitar calada. Os estudantes, os  
1011 trabalhadores e a grande maioria dos professores não irão aceitar isso calados. Quero  
1012 usar o meu último minuto para abordar outro tema. Ontem recebemos, da Secretaria  
1013 Geral, através da ADUSP, uma resposta que está assinada no dia quinze de fevereiro,  
1014 mas foi encaminhada ontem, há uma petição para inclusão, na pauta do Conselho  
1015 Universitário, de uma discussão sobre a nulidade da decisão tomada em relação à  
1016 desvinculação do HRAC. Sinteticamente, essa resposta tem três argumentos: que a  
1017 ADUSP não faz parte do Conselho Universitário; que o pedido não foi apresentado com  
1018 trinta dias de antecedência em relação à reunião seguinte do Conselho Universitário; e  
1019 que o tema já foi tratado pela CLR, que entendeu não existir qualquer vício na  
1020 indigitada deliberação do Conselho Universitário. A ADUSP não faz parte do Conselho  
1021 Universitário, infelizmente - e isso é um absurdo. Mas, para além desse parêntese, faço  
1022 e outros vinte e cinco subscritos nessa petição também o fazem, digo que ela não foi  
1023 entregue com trinta dias em relação à última reunião do Conselho Universitário, diga-se

1024 de passagem, foram vinte e oito dias e as datas, inclusive, estão no próprio documento.  
1025 Mas, para além dessa formalidade, tem muito mais de trinta dias de antecedência em  
1026 relação a esta reunião do Conselho Universitário, ou seja, esses preceitos formais  
1027 estão atendidos e a posição da CLR não consta, sequer, desse documento, muito  
1028 menos foi apresentada, muito menos ainda apreciada por este Conselho Universitário.  
1029 Para que todos saibam, a petição, para quem não conhece, trata do fato de que para a  
1030 extinção de um órgão complementar, que é o caso do HRAC, era necessário a maioria  
1031 de dois terços do Conselho Universitário, que não foi atingida naquela reunião.” **Cons.**  
1032 **Luiz Silveira Menna Barreto**: “Sendo bastante breve a minha intervenção, na verdade,  
1033 é uma reafirmação do que acabamos de ouvir. Eu, como um dos signatários, manifesto  
1034 minha profunda inconformidade com essa decisão, que também tomei conhecimento  
1035 apenas ontem, e lamento muito a falta de adequação desse encaminhamento.  
1036 Insistimos - e creio que falo em nome de todos os signatários - que isso seja trazido a  
1037 este Conselho, até porque o próprio Governo do Estado, em declarações públicas, tem  
1038 negado a vontade de assumir o HRAC e o HU. Isso é um recado político muito claro  
1039 para este Conselho.” **Cons. José Renato de Campos Araújo**: “Pretendo ser bem  
1040 rápido, são quatro pontos, o primeiro é que nessa reunião completo um ano do meu  
1041 mandato como representante dos Professores Doutores da Universidade e daqui um  
1042 ano, no final desse ano, irá terminar esse mandato e será feita nova eleição. Desde  
1043 que me pronunciei aqui, sempre apontei a necessidade de mudar as formas de eleição  
1044 das representações dos Professores Doutores, espero que nesse ano - estou falando  
1045 isso nessa primeira reunião de 2015 - o Co mude isso. Não é possível uma pessoa  
1046 como eu representar 3.100 professores da Universidade, na realidade, represento  
1047 muito pouco formalmente, e quero deixar um alerta para o Co. Quero apresentar apoio  
1048 às falas do Conselheiro Menna Barreto e do representante dos técnicos e  
1049 administrativos sobre a inclusão, na pauta, do questionamento da ADUSP pela questão  
1050 de que, no mínimo, ela deveria ter sido apreciada pelo Conselho e não a CLR dar um  
1051 parecer se o pleito é legal ou não. Era somente um pedido de inclusão de pauta e,  
1052 como um dos signatários daquele pedido, também gostaria de registrar. O terceiro  
1053 ponto é sobre a situação das creches, também relatada pelo representante dos  
1054 servidores. Sou pai de crianças da creche, não são só funcionários e alunos que têm

1055 filhos nas creches na Universidade de São Paulo, não só eu como professor, outros  
1056 colegas, no mínimo da Faculdade de Direito, da Faculdade de Saúde Pública que  
1057 tenho ciência, estamos muito preocupados com a situação das creches desde o ano  
1058 passado, desde o momento que as educadoras – professoras, na realidade – não  
1059 tiveram reconhecidas sua atuação profissional enquanto educadoras, enquanto  
1060 professoras, que é uma questão que está até hoje na COP, se não me engano. Essa  
1061 situação da creche é muito preocupante. Durante a nossa reunião de hoje estava  
1062 ocorrendo um abaixo assinado para seja incluída a situação da creche como ponto de  
1063 pauta do Co, eu assinei e gostaria de reforçar a importância disso. A Conselheira Neli  
1064 irá ler uma carta dos pais e gostaria de reforçar e pedir formalmente que coloque  
1065 também como minha fala na ata da nossa reunião por ser um pai. Passo ao meu último  
1066 ponto. Faz um ano que assumi o meu posto aqui no Co, sou oriundo da EACH e, como  
1067 todos sabem, os danos ambientais já foram parcialmente sanados, porém outros não,  
1068 mas tem uma questão muito séria, houve um crime ambiental na nossa Unidade isso é  
1069 sabido, divulgado, há uma ação no Ministério Público e até hoje a Universidade de São  
1070 Paulo não deu respostas sobre o processo administrativo referente aos autores, ou se  
1071 houve autores ou não em relação a esse crime ambiental, e quando aconteceu o aterro  
1072 isso foi ponto de discussão aqui neste Conselho. Portanto, venho solicitar formalmente  
1073 à Secretaria e à Reitoria, para que, da maneira mais rápida possível, dê um retorno  
1074 sobre esse processo administrativo, que pelas notícias, estava em vigor no passado.”

1075 **Cons. Danilo Pereira dos Santos:** “Sou RD e vim fazer uma fala no sentido de avaliar  
1076 as medidas que foram tomadas pela Reitoria no ano passado e que ainda se fazem  
1077 vigentes no início de 2015. Em 2014 iniciamos um ano com notícias que alarmaram a  
1078 mídia sobre a crise financeira da Universidade de São Paulo, a Reitoria, em sua carta  
1079 enviada à comunidade USP dizia, a partir do pressuposto, que estava trabalhando com  
1080 absoluta transparência e contando com a participação de todos. Por transparência a  
1081 Reitoria entendia enviar números e gráficos disponibilizados para reforçar seus  
1082 argumentos, e por participação, entendia por apenas enviar e-mails a comunidade  
1083 USP, enquanto isso os dados da transparência continuavam inacessíveis, o pior estava  
1084 por vir. Na visão mais conservadora e neoliberal, os servidores públicos não são  
1085 patrimônio da Universidade, mas sim gastos e, portanto, devem ser cortados, pois não

1086 cabem no orçamento da Universidade, foi essa a postura que a Reitoria teve. Nesse  
1087 contexto, medidas de austeridade, como o congelamento de salários dos trabalhadores  
1088 em um momento de alta inflação, com 0% dado pelo CRUESP, congelamento de  
1089 contratação de professores, e o trágico PIDV deram as caras de como seria o primeiro  
1090 ano da gestão de diálogo da Reitoria. O remédio usado já conhecemos. Esse remédio  
1091 que foi dado pela Reitoria já havia sido aplicado pelo Governo do Estado na rede  
1092 fundamental e média, redes públicas de educação, resultando em sucateamento,  
1093 desmantelamento sem precedentes, fato este que abriu espaço para setores mais  
1094 privatistas da imprensa e da Universidade colocarem o caráter público da USP em  
1095 risco, com projetos de cobrança de mensalidades. E o resultado disso foi que tivemos a  
1096 maior greve de trabalhadores, estudantes e professores da história da USP, com  
1097 duração de mais de quatro meses, coroando os 80 anos que a nossa Universidade  
1098 completou. Apesar da vitória do movimento, inclusive com o julgamento do TRT contra  
1099 as medidas arbitrárias e ilegais de cortes de ponto promovido pela Reitoria, o PIDV  
1100 seguiu com o processo de desmantelamento da Universidade, reflexos que sentimos  
1101 até hoje pela situação que se encontra o HU, as creches e o restaurante do *campus*.  
1102 Não há a menor dúvida de que, com a redução do número de funcionários que estão  
1103 saindo ou sairão no PIDV, teremos um quadro de acúmulo de tarefas, prejudicando  
1104 como um todo a qualidade de serviço prestado e a saúde dos trabalhadores. Essas  
1105 evidências já podem ser observadas no Hospital Universitário, como já foi dito, que já  
1106 tem perdido parte significativa de seus profissionais, acarretando a super lotação, o  
1107 acúmulo de tarefas por parte dos funcionários e, por conseguinte, uma certa redução  
1108 na qualidade do atendimento. Além disso, em consequência do PIDV começamos o  
1109 ano com uma mobilização como essa que está acontecendo, de pais e mães que  
1110 receberam a notícia de que foram fechadas 120 vagas de creche, com o argumento a  
1111 falta de funcionários, tendo em vista as saídas no PIDV, fazendo com que essas mães  
1112 tivessem que levar seus bebês para a sala de aula. Esse corte nas vagas de creche,  
1113 além de ser um fator determinante que prejudique a permanência dessas mulheres na  
1114 Universidade, é o sintomático do machismo institucional que permeia a Universidade  
1115 de São Paulo e que se evidenciou no início deste ano, com os mais chocantes casos  
1116 de violações dos direitos humanos que ocorreram dentro da Universidade e que foram

1117 silenciados a fim de não manchar o nome da Instituição. Nos diferentes casos a  
1118 situação se repete, as mulheres que foram vítimas de abuso sexual tiveram que se  
1119 afastar da Universidade ao não encontrarem nenhuma forma de acolhimento, enquanto  
1120 seus agressores continuaram livremente circulando pelos espaços, inclusive alguns já  
1121 estão até para se formar na Faculdade de Medicina, como foi denunciado pela CPI.  
1122 Aliás, é bem sintomático o empenho e a rapidez que a Reitoria tem em abrir  
1123 sindicâncias e processos administrativos contra aqueles que estão em mobilização, o  
1124 mesmo não é visto com os casos de estupro e violações dos direitos humanos que tem  
1125 nos chocado geralmente na mídia. Além disso, temos a 'LGBTfobia' ainda como uma  
1126 marca presente na Universidade, sendo também denunciados na CPI e não temos  
1127 visto nenhuma resposta da Reitoria. Nessas últimas semanas, acabamos de receber os  
1128 nossos calouros, no entanto, perguntamos aonde estão os negros e as negras na USP,  
1129 aonde estão os negros e as negras desta sala do Co? A USP tem um racismo  
1130 institucional por negar a política de cotas e tem dado um único lugar aos negros e  
1131 negras, dois espaços: na Universidade, no setor de terceirizados, ou nas gavetas do  
1132 IML. Então, é por isso que acredito que há uma crise em vigor dentro da USP e, sem  
1133 dúvida, essa também é institucional. Nos seus 80 anos, a USP ainda clama por  
1134 democratização e é inadmissível que um colegiado que representa menos de 1% da  
1135 comunidade USP tome decisões que impactem a vida de outros milhares que  
1136 compõem esta Universidade." **Cons. Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari**: "Gostaria,  
1137 de maneira muito breve, fazer apenas dois registros que me parecem relevantes e  
1138 honram sobremaneira nossa Universidade. O primeiro deles foi a entrega à Senhora  
1139 Presidente da República, no último dia 10 de dezembro, do Relatório da Comissão  
1140 Nacional da Verdade, que concluiu um trabalho que se desenvolveu durante dois anos  
1141 e sete meses, investigando fatos relevantes da história recente do Brasil. Esse  
1142 Relatório foi produzido por seis integrantes da Comissão que o subscreveram, sendo  
1143 quatro deles vinculados à Universidade de São Paulo; três ex-alunos da Universidade  
1144 de São Paulo e dois professores, já que este docente está nas duas condições. Foram  
1145 alunos da Universidade de São Paulo e integrantes da Comissão, o Doutor José Carlos  
1146 Dias, formado pela Faculdade de Direito; a psicóloga Maria Rita Kehl, formada pelo  
1147 Instituto de Psicologia; e este docente, formado pela Faculdade de Direito. Docentes da

1148 Universidade de São Paulo que integraram a Comissão: o Professor Paulo Sérgio  
1149 Pinheiro, do Departamento de Ciência Política da FFLCH; e este docente,  
1150 originalmente da Faculdade de Direito e, posteriormente, do Instituto de Relações  
1151 Internacionais. Portanto, acho relevante, Magnífico Reitor, no momento que se fala da  
1152 crise da Universidade de São Paulo, fazer o registro de que um evento de extrema  
1153 relevância da história do país teve a marca da Universidade de São Paulo, que se  
1154 prolongou ademais na grande quantidade de pesquisadores oriundos da Universidade  
1155 de São Paulo, ingressos dos cursos de graduação e pós-graduação que ajudaram  
1156 neste trabalho. Grande parte desse trabalho foi realizado em instalações da  
1157 Universidade de São Paulo, sendo que a colaboração da Faculdade de Direito e do  
1158 Instituto de Relações Internacionais foi muito relevante, com a ajuda voluntária de seus  
1159 professores, oferecendo subsídios muito importantes e, quando houve por bem, a  
1160 Senhora Presidente concederá a Ordem do Rio Branco para os integrantes da  
1161 Comissão. A entrega para este docente foi feita pelo Ministro Luiz Alberto Figueiredo  
1162 Machado, das Relações Exteriores na Universidade de São Paulo, na presença do  
1163 Magnífico Reitor, para registrar o entendimento de que a Universidade de São Paulo  
1164 havia tido um papel decisivo neste evento tão importante da história brasileira. O  
1165 segundo evento que quero registrar, também de maneira muito breve, é a ida já para a  
1166 terceira temporada da Cátedra José Bonifácio. Os senhores todos estão sendo  
1167 convidados, no próximo dia 12 teremos o encerramento do período de Enrique Valentin  
1168 Garcia Iglesias, ex-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que ficou  
1169 à frente da Cátedra em 2014, sucedendo o ex-Presidente do Chile, D. Ricardo Lagos,  
1170 que havia ficado em 2013. Henrique Iglesias será sucedido pela escritora Nélida  
1171 Cuiñas Piñon, que foi Presidente da Academia Brasileira de Letras e é integrante  
1172 daquele Colegiado. Ao verificar os integrantes da Academia Brasileira de Letras,  
1173 inclusive para que estivessem presentes no dia 12, constatei que os quatros oriundos  
1174 de São Paulo, que são integrantes da Academia de Letras, estão vinculados à  
1175 Universidade de São Paulo. Será representante da Academia a Professora Ligia  
1176 Fagundes Telles, que se graduou pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco; o  
1177 Professor Alfredo Bosi, da FFLCH, que fará saudação à nova Catedrática; estará  
1178 presente Celso Lafer, Presidente da FAPESP, também acadêmico e ex-Professor

1179 dessa Universidade e Professor Emérito do Instituto de Relações Internacionais; e  
1180 também integra a Academia o Professor Fernando Henrique Cardoso. Portanto, desejo  
1181 fazer esse registro para mais uma vez não nos esquecermos da importância que a  
1182 Universidade de São Paulo tem na vida deste País.” **Cons<sup>a</sup> Neli Maria Paschoarelli**  
1183 **Wada:** “Início dizendo que nós, funcionários, lamentamos que não foi instalada a  
1184 Comissão da Verdade na Universidade de São Paulo. Infelizmente, o Professor Rodas  
1185 cortou e instalou uma outra comissão e esta não prosperou. Por mais que esta gestão  
1186 tente se destacar das gestões anteriores, tudo é igual. Gostaria, em nome das  
1187 mulheres da Universidade (funcionárias, professoras e estudantes), de dizer que  
1188 estamos nos organizando e não podemos mais aceitar os ataques da Administração da  
1189 USP. Estão sendo fechadas 120 vagas de creches instaladas no *Campus* de São  
1190 Paulo e nos *Campi* do interior. Entendemos que os maiores prejudicados, neste ato de  
1191 insensatez e de irresponsabilidade, são as crianças, que são vulneráveis e estão  
1192 ficando fora do processo educacional. Estas crianças passaram por um processo de  
1193 seleção na SAS e não foi anunciada a homologação desse processo socioeconômico,  
1194 ou seja, o processo não foi transparente; até hoje não sabemos quem estava apto a  
1195 adentrar as creches ou não. Dois dias antes do término das aulas, através de um *e-*  
1196 *mail*, foi comunicado para que os pais não trouxessem as crianças novas, ou seja, as  
1197 crianças que foram matriculadas em 2014 para a creche. Esses pais e mães estão sem  
1198 condições de colocarem seus filhos em outras escolas. Temos 120 crianças fora das  
1199 creches. Vários professores falaram aqui dos ataques que a Universidade tem sofrido,  
1200 de fato não estamos sendo capazes de resolvermos as nossas questões dentro da  
1201 Universidade e, quando elas não conseguem ser resolvidas aqui dentro,  
1202 conseqüentemente, elas vão para fora. Na minha concepção, creche é direito de todas  
1203 as mulheres e esse direito tem que ser provido pela Reitoria. Assim, é imoral, ilegal e  
1204 antiético deixar 120 crianças fora das creches, alegando a questão do PIDV, porque  
1205 não fomos nós, os funcionários, nem os estudantes e nem os professores que  
1206 inventaram esse tal de PIDV, que foi aplicado com irresponsabilidade e incompetência.  
1207 Então, gostaríamos de conclamar a todos os conselheiros e ao Reitor, que é  
1208 responsável por essa política de desmonte que vem ocorrendo na Universidade de São  
1209 Paulo, porque as creches caminham no mesmo futuro dos hospitais universitários, que

1210 façam uma intervenção junto ao Reitor e junto à superintendência da SAS para que  
1211 essas 120 crianças sejam aceitas nas creches. Não podemos aceitar a alegação de  
1212 que não existem recursos, porque o Reitor anunciou, quando aprovou o Orçamento  
1213 para 2015, muito feliz e satisfeito, aos estudantes, que ele havia priorizado a  
1214 assistência estudantil. Então dobrou o orçamento e, também, este Conselho aprovou a  
1215 venda de imóveis de heranças vacantes, cujo dinheiro deve e tem que ser destinado à  
1216 assistência estudantil; assim, não pode ser alegado falta de dinheiro. Pedimos a  
1217 sensibilidade, inclusive do Reitor, que ele devolva essas 120 vagas nas creches até o  
1218 ano que vem e que ele dialogue com os funcionários e diga qual é a verdade sobre o  
1219 destino das creches. Nós, mulheres, sabemos muito bem que os homens nem sempre  
1220 gostam de dialogar a verdade com nós, de forma que seria importante que dialogasse  
1221 com as mulheres da Universidade de São Paulo, dizendo qual o destino que o Senhor  
1222 vai dar para as creches.” **Cons.<sup>a</sup> Mariana Nunes de Moura Souza**: “Tenho uma  
1223 pergunta, uma contribuição, um comentário e uma proposta. A pergunta: gostaria de  
1224 saber se esse plano de metas que foi apresentado pelo Reitor hoje vai ser discutido  
1225 com a comunidade USP - com alunos e funcionários; se tem algum plano para que seja  
1226 discutido e quando seria possível ser feito isso. A contribuição refere-se ao orçamento  
1227 da Universidade, porque no dia 9 de dezembro, quando foi aprovado o orçamento, eu  
1228 não estava presente, quem estava era minha suplente, mas teve um problema no  
1229 orçamento que conseguimos detectar, que foi o seguinte: na contabilidade, para o ano  
1230 de 2015, dos gastos fundamentalmente para folha de pagamento, não foi contabilizado  
1231 o aumento de 2,5%, segunda parte do reajuste. Se o Presidente da COP quiser, posso  
1232 dizer qual a tabela e o local que detectei esse problema. O problema disso é sempre se  
1233 prever um gasto menor do que realmente vai acontecer, depois quero verificar com  
1234 vocês se foi isso que aconteceu em relação aos gastos de 2014, que foi superior ao  
1235 previsto. O comentário diz respeito às creches. Tinha me preparado para falar mais  
1236 sobre isso, mas como o Conselheiro Philipe não vai poder falar, vou fazer um pequeno  
1237 comentário. Fico triste em dizer que, no mês em que se comemora o dia internacional  
1238 da mulher, um dos instrumentos mais antigos para garantir o direito da mulher ao  
1239 trabalho e ao estudo, que é a creche, está sendo tratado com desconsideração na  
1240 Universidade. Essas 120 vagas que foram cortadas na Universidade para creches e

1241 pré-escolas são apenas na Capital; são 181 vagas em todas as creches da  
1242 Universidade e o pessoal do interior está com bastante problema em relação a isso.  
1243 Proposta: a pós-graduação trouxe hoje, não sei se chegou às mesas da frente, o folder  
1244 da 'Campanha de Direitos dos Pós-graduandos'. Trouxemos uma proposta de moção  
1245 de apoio à Campanha de Pós-graduandos; a ANPG está organizando, em abril, uma  
1246 caravana a Brasília para conversar com representantes do MEC, do CNPq, do  
1247 Ministério da Educação, do Senado e da Câmara, sobre a aprovação de uma carta de  
1248 direitos, que foi elaborada no último Congresso da ANPG e que entreguei para todos.  
1249 Apresento a proposta de moção a seguir: 'O Conselho Universitário da Universidade de  
1250 São Paulo se coloca como parceiro do movimento nacional de pós-graduandos em  
1251 defesa da educação, de um Brasil soberano e de lutas que abraçamos por justiça  
1252 social. Ao receber a pauta apresentada pelos pós-graduandos da Associação Nacional  
1253 de Pós-graduandos, viemos manifestar apoio à campanha por mais direitos, convocada  
1254 pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), no que concerne à valorização  
1255 da ciência e dos pesquisadores. Melhores condições de pesquisa são fundamentais  
1256 para uma formação digna e condizente com o papel que o pós-graduando exerce na  
1257 melhoria da vida do povo, na qualificação profissional, na produção de conhecimento e  
1258 no desenvolvimento de produtos e serviços. Não foram concretizadas contrapartidas  
1259 recentes por parte do governo na implementação de mais direitos para este segmento  
1260 estudante-trabalhador, embora a única fonte de renda que detêm não assegure  
1261 condições básicas de vida e estudo, como alimentação, moradia, transporte,  
1262 deslocamento para a realização da pesquisa de campo, aquisição de livros, de  
1263 materiais, participação em eventos, etc. Reconhecemos a necessidade do  
1264 estabelecimento de direitos básicos e garantias aos pós-graduandos e da adoção de  
1265 uma política permanente de valoração e da universalidade das bolsas, no sentido de  
1266 possibilitar mais condições de acessos e permanência na vida acadêmica. Ao lutar por  
1267 mais verbas para Ciência, Tecnologia e Inovação, os pós-graduandos defendem que o  
1268 Brasil se desenvolva de forma sustentável, democrática e socialmente referenciado.  
1269 Não alcançaremos avanços se persistirem os cortes e contingenciamento de  
1270 investimentos nessas áreas estratégicas e nos afastamos do fortalecimento da  
1271 formação na pós-graduação. Dito isto, Presidenta e demais autoridades, o Conselho

1272 Universitário da USP considera justa e endossa os pleitos dos pós-graduandos por  
1273 mais financiamento para ciência e tecnologia, por medidas que concedam mais direitos  
1274 para os pós-graduandos e relações acadêmicas mais humanas, rogando para que  
1275 Vossas Excelências deem a devida atenção ao assunto. Neste sentido, expomos todo  
1276 apoio à campanha por mais direitos para os pós-graduandos e pelo financiamento  
1277 massivo em CT&I, considerando a pesquisa e o pesquisador como elementos  
1278 fundamentais no desenvolvimento científico, cultural, artístico e social do país.” Ato  
1279 seguinte, o M. Reitor passa à **ORDEM DO DIA. CADERNO I – DIRETRIZES GERAIS**  
1280 **PARA DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS DE PROFESSOR TITULAR. 1.**  
1281 **PROTOCOLADO 2014.5.1929.1.4 – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Proposta de  
1282 Diretrizes Gerais para distribuição de cargos de Professor Titular, aprovada pela  
1283 Comissão de Atividades Acadêmicas em 1º.12.2014. **Cons. Valdecir de Assis Janasi:**  
1284 **(apresentação)** “O professor Caixeta, que presidiu a CAA durante todo o período, teve  
1285 o seu mandato encerrado e o Professor Marcelo Roméro, que foi o Vice-presidente,  
1286 também teve seu mandato encerrado, dessa forma estou fazendo uma apresentação  
1287 de um trabalho que foi, praticamente, de toda a gestão. É uma Diretriz geral, que foi  
1288 aprovada em primeiro de dezembro de 2014 e foi distribuída na reunião de dirigentes  
1289 em dezembro, em Piracicaba e está sendo agora submetida ao Conselho Universitário.  
1290 O Regimento Geral, no artigo 12, diz que à CAA, além das competências estatutárias,  
1291 compete: a) 'propor ao Co critérios referentes à destinação de cargos de Professor  
1292 Titular às Unidades ou Departamentos'. Sentimos a necessidade de reformularmos as  
1293 Diretrizes Gerais com os seguintes propósitos: garantir equilíbrio na proporção de  
1294 cargos de Professor Titular entre as diferentes unidades e departamentos, respeitados  
1295 o histórico e as especificidades das áreas; dar maior autonomia às unidades na  
1296 distribuição dos cargos de Titular entre seus departamentos, obedecidos critérios  
1297 aprovados pela CAA; simplificar os procedimentos da CAA para análise de pedidos de  
1298 permanência de cargos, garantido o mérito das propostas; focalizar os procedimentos  
1299 da CAA na distribuição de novos cargos, em especial para unidades novas e carentes  
1300 de titulares. Coisas que não têm sido feitas nos últimos quatro anos. A situação atual  
1301 dos cargos de Professor Titular na Universidade é a seguinte: 1.328 cargos no total ou  
1302 21,7% do total de docentes (aproximadamente 6 mil); por empréstimo são 320,

1303 portanto, cerca de 1.000 são definitivos, ou seja, já estavam nas unidades; dos 1.328,  
1304 estão providos 1.072, ou seja, 17,5% do quadro total da Universidade; 'vinculados'  
1305 (soma de providos e não providos) 1.133 (18,5%); e tem um saldo de 195 total que não  
1306 estão vinculados a nenhuma Unidade. Aparece um número de 111 que não foram  
1307 solicitados, que estiveram vinculados a alguma unidade, mas não foi solicitada a sua  
1308 permanência. E a soma total dos providos, mais não providos, mais não solicitados, de  
1309 20,4% do total de docentes da Universidade (6.109 docentes, em outubro de 2014).” **M.**  
1310 **Reitor:** “Isso significa que temos quantos cargos de titulares que não estão destinados  
1311 ou ligados a uma unidade, neste momento?” **Cons. Valdecir de Assis Janasi:** “De um  
1312 total de 1.328 providos e não providos, são 1.133 que estão vinculados às unidades e  
1313 195 não vinculados a nenhuma unidade, ou seja, que pode ser feita a distribuição.” **M.**  
1314 **Reitor:** “E esses 111 não foram solicitados?” **Cons. Valdecir de Assis Janasi:** “Eles  
1315 estiveram, em algum momento, vinculados a uma unidade, mas voltaram; contudo, eles  
1316 não estão completamente desvinculados porque alguns são aposentadorias recentes  
1317 que podem ser solicitados pelas unidades, mas existem aposentadorias que tem vários  
1318 anos e que a unidade não se manifestou, então eles estiveram vinculados, em algum  
1319 momento, a uma unidade.” **M. Reitor:** “Mas com a aposentadoria não retorna o cargo  
1320 para a Universidade? Ele precisa de novo ser solicitado e autorizado? Não é  
1321 automático? Por muito tempo se entendeu isso como uma coisa automática.” **Cons.**  
1322 **Valdecir de Assis Janasi:** “Por isso o saldo são 195 de titulares, que podem ser  
1323 solicitados de fato. No gráfico de evolução do quadro de docente entre 2007-2014,  
1324 podemos ver na curva de cima o número de Doutores em torno de 3 mil; na curva de  
1325 baixo é dos Professores Associados, que tem uma tendência crescente, passando de  
1326 1.500 para praticamente 1.800, em 2014; e a turma de Titular permanece em torno de  
1327 1.000. Vemos, no gráfico de baixo, a evolução da porcentagem dos Professores  
1328 Associados, que de 2007 a 2014 aumenta de 25% para 30,9%. A inferior direita mostra  
1329 o quadro de Titulares e chamo a atenção para a curva praticamente constante entre  
1330 2007 e 2011, mas a partir de 2011 ela cai; em parte, porque o número de docentes  
1331 cresceu e o número de Titulares permaneceu constante, assim a relação cai de 18%  
1332 para 17,5%. Mas, chamo a atenção principalmente para a última curva superior à  
1333 direita, na qual está o número de cargos providos e o número de cargos existentes. Lá

1334 em cima, uma curva constante dos cargos existente de 1.328. E os cargos providos  
1335 iam subindo até 2011, chegando a 1.100 e depois eles passam a cair. O motivo disso é  
1336 que a CAA apenas vem analisando pedidos de permanência. Esses pedidos,  
1337 ocasionalmente, não são aprovados e, portanto, o número de Titulares cai, porque  
1338 cargos novos, pela sobrecarga que as gestões dos últimos quatro anos da CAA teve,  
1339 acabaram não sendo apreciados. De fato, o número de cargos de Professor Titular  
1340 providos vem caindo e vem se distanciando do número de cargos existentes.” **M**  
1341 **Reitor:** “Professor, eles caíram não porque não foram apreciados, mas porque há um  
1342 número pequeno no estoque e que só poderia ser ampliado por decisão da Assembleia  
1343 Legislativa.” **Cons. Valdecir de Assis Janasi:** “O número de cargos existentes são  
1344 1.328, que é a curva de cima, ela poderia ser alcançada, evidentemente, que não  
1345 vamos ter o provimento total. A curva de baixo vinha ascendendo, mas ela passa a  
1346 cair, ou seja, temos menos titulares nos últimos quatro anos, porque a CAA não  
1347 distribuiu cargos novos, apenas em alguns casos não aprovou a reposição de cargos.  
1348 No próximo *slide*, as curvas mostram a distribuição de cargos entre as unidades, ela é  
1349 muito heterogênea, em alguns casos ela passa de 30% de Professores Titulares em  
1350 relação ao total. A curva em vermelho mostra o que é cargo por empréstimo em cada  
1351 unidade, ou seja, parte desse excesso é por causa dos empréstimos. O terceiro *slide*  
1352 mostra que sem os empréstimos, a maior parte das unidades está abaixo de 25% de  
1353 seu quadro de Titulares. Passando à proposta das Diretrizes, ela diz em seu item 1  
1354 que: 'os cargos de Professor Titular da Universidade de São Paulo, enquanto providos  
1355 ou em provimento, estão vinculados às Unidades de Ensino e seus Departamentos  
1356 (quando houver), Museus e Institutos Especializados da Universidade. Todos os  
1357 demais cargos compõem o Banco de Cargos da Universidade. ' 2: 'Os Departamentos,  
1358 com o número regimental mínimo de docentes 15 e o mérito acadêmico requerido,  
1359 terão, pelo menos, 2 (dois) cargos de Professor Titular.' Essa é uma determinação do  
1360 Estatuto da USP, art. 57, inciso II. O terceiro é a novidade acrescentada: 'Item 3. As  
1361 Congregações das Unidades de Ensino deverão aprovar critérios objetivos e de mérito  
1362 para a distribuição de cargos de Professor Titular entre seus Departamentos e  
1363 submetê-los à CAA para aprovação.' Esse é um novo procedimento que dá maior  
1364 autonomia às unidades e menor sobrecarga para a CAA. Entre os critérios que se

1365 espera que as congregações aprovem, está a busca de equilíbrio na distribuição de  
1366 cargos entre os seus departamentos, o que em alguns casos não é observado. O item  
1367 4 a: 'Caso a relação entre o número de Professores Titulares e o número total de  
1368 docentes da Unidade esteja abaixo de 1,2 vezes a média\* da Universidade de São  
1369 Paulo, preservado o mérito acadêmico, o cargo permanecerá na Unidade e será  
1370 distribuído entre seus Departamentos segundo critérios estabelecidos pela própria  
1371 Unidade e aprovados previamente pela CAA;' 'b. Caso a relação entre o número de  
1372 Professores Titulares e o número total de docentes da Unidade esteja acima de 1,2  
1373 vezes a média\* (o valor da média em 2014 para a Universidade de São Paulo foi de  
1374 20,4%) da Universidade de São Paulo, a Unidade poderá apresentar a solicitação de  
1375 permanência do cargo à CAA, apoiada na sua excelência acadêmica. Esta solicitação  
1376 será avaliada semestralmente pela CAA, levando-se em consideração o seu mérito  
1377 absoluto e relativo.' O motivo pelo qual quisemos que essa reunião do Conselho  
1378 Universitário apreciasse essa matéria é que já temos diversas demandas de unidades  
1379 que estão acima da média, que serão apreciadas em reunião marcada para junho. Item  
1380 6: 'A CAA deverá estabelecer critérios acadêmicos para as Unidades que possuam  
1381 uma relação entre o número de Professores Titulares e o número total de docentes da  
1382 Unidade esteja abaixo de 0,8 vezes a média\* da Universidade de São Paulo,  
1383 permitindo que essas Unidades tenham a possibilidade de atingir uma relação  
1384 adequada.' A CAA se preocupará, portanto, com as unidades novas e as que estão  
1385 abaixo da média que vão pleitear cargos novos; isso permitirá priorizar uma política de  
1386 distribuição de cargos para unidades novas e atender solicitações para áreas novas. O  
1387 item 7 fala das áreas novas, ou seja, a unidade não estará impedida de solicitar cargos  
1388 adicionais, mas isso será apreciado comparativamente, levando em conta os índices  
1389 que estão de 'a' a 'd'. O que será levado em conta pelo mérito é, basicamente, o que  
1390 hoje em dia já é levado e está no documento atualmente vigente. Os demais colegas  
1391 da CAA estão a disposição para esclarecimentos adicionais." **Cons. Benedito Honório**  
1392 **Machado**: "Creio que até o próprio Reitor está surpreso com este número de 195  
1393 claros de Professores Titulares no banco da Universidade. Este é um anseio dos  
1394 docentes da Universidade, de uma carreira aberta com ascensão por mérito, sendo  
1395 muito estranho que a Universidade tenha 195 de seus 1.328 cargos criados pela

1396 Assembleia Legislativa, não ocupados. Considero que isso tenha de ser feito da forma  
1397 mais rápida possível, inclusive em uma razão que gostaria de saber da CAA. Tendo em  
1398 vista que os Titulares naturalmente são os mais antigos, não necessariamente os mais  
1399 velhos, é muito provável que do ponto de vista de tempo de aposentadoria compulsória  
1400 e por tempo de serviço, este segmento deve ter uma diminuição do número de  
1401 Titulares expressiva nos próximos quatro ou cinco anos. Desta forma, precisamos criar  
1402 um mecanismo de motivar os Associados que estão em plena ascensão em todas as  
1403 Unidades, para que estes cargos que não estão ocupados – mais aqueles que serão  
1404 desocupados pela imposição da aposentadoria, ainda que pese a possível aprovação  
1405 da PEC da bengala – o sejam devidamente. Temos que ter urgência nesta questão de  
1406 ocupar estes cargos. Neste sentido, quero manifestar total apoio a esta iniciativa da  
1407 CAA para que todas as Unidades participem efetivamente deste processo, de modo a  
1408 motivar o quadro docente em uma situação que, como foi destacada aqui, não é das  
1409 mais animadoras para o conjunto dos docentes." **M. Reitor:** "É preciso considerar que,  
1410 de fato, isto precisa andar e é por isso que temos certa angustia de fazer estes tópicos  
1411 serem discutidos e aprovados, mas é fundamental que haja, de fato, uma manifestação  
1412 do Conselho Universitário sobre critérios, pois caso contrário teríamos uma situação  
1413 como no passado, em que a CAA, por iniciativa própria, conduziria e decidiria sobre  
1414 isso. Isto havia criado uma situação um tanto incompreensível de critérios que estavam  
1415 sendo usados para distribuição. Desta forma, concebeu-se esta iniciativa meritória da  
1416 CAA, de estabelecer parâmetros e regras o que nos leva a esta discussão de hoje."  
1417 **Cons. Carlos Gilberto Carlotti Júnior:** "Gostaria de complementar as informações  
1418 passadas pelo Conselheiro Janasi, pois uma das preocupações que tivemos foi  
1419 terminar com aquelas nomenclaturas que todas as Unidades possuem a respeito de  
1420 cargos de Professor Titular, por exemplo, cargo histórico ou cargo emprestado. Sei que  
1421 cada Unidade possui um nome e visamos encerrar com isto. De tal forma, que todos os  
1422 cargos que estão nas Unidades pertencem às Unidades, até que se prove o contrário.  
1423 Haveria, assim, um reconhecimento que todos os cargos são das Unidades sem  
1424 aqueles adjetivos que possuímos. Apesar do gráfico dar-nos a impressão de que há  
1425 uma distribuição heterogênea, conseguimos identificar três grupos. Um que está acima  
1426 da média, a grande maioria que está na média e um grupo que está abaixo da média.

1427 Por este motivo, temos estas três categorias. Nestas três categorias teríamos  
1428 tratamentos diferentes, respeitando, contudo, o mérito de cada Unidade. O objetivo não  
1429 é que todos fiquem na média. Se há uma Unidade com número acima da média, mas  
1430 onde tal número é plenamente justificável por aquela Unidade, a ideia não é trazer  
1431 aquela Unidade para dentro da média, mas sim reconhecer seu mérito, pois se há uma  
1432 grande expressão na Unidade, deve-se reconhecer que algumas Unidades devem ser  
1433 acima da média. Não queremos, portanto normalizar toda a Universidade. Outra  
1434 preocupação foi esta anteriormente comentada, pois temos diversas Unidades, como a  
1435 EACH, FDRP, EEFERP e EEL que possuem um número muito baixo ou nenhum de  
1436 Professores Titulares, desta forma, precisamos estabelecer critérios para que estas  
1437 tenham vaga. Não é possível fazer uma distribuição simples, por exemplo, a EACH tem  
1438 um número superior a 200 docentes, sabemos que não se pode pegar 20% em um ano  
1439 e oferecer 40 vagas para EACH, imaginando que assim se irá selecionar 40  
1440 Professores Titulares. A ideia é, portanto, discutir com a Unidade quais são os critérios  
1441 que permitirão que esta distribuição seja feita. O mesmo serve para estas Unidades  
1442 novas. Possuiríamos, assim, um acordo que contemplasse o mérito e a vaga de  
1443 Titulares, tal nível seria seguido de uma vaga de professor Titular. Desta forma, as  
1444 Unidades novas possuiriam um plano e os docentes destas Unidades saberiam o local  
1445 onde devem chegar para serem Professores Titulares. Outra coisa importante que  
1446 devemos destacar é que toda a Unidade deve discutir internamente critérios de  
1447 distribuição. É muito comum que recebamos pedidos para um dado Departamento,  
1448 mas no momento da contagem, percebe-se que há um outro Departamento na Unidade  
1449 com um número muito baixo de Titulares e outro muito alto. Assim, percebe-se que na  
1450 Unidade ou na Congregação não houve uma discussão sobre a distribuição. A  
1451 Congregação aprovou o pedido de tal Departamento, mas não sabemos qual foi a  
1452 discussão interna. Esta proposta apresentada requer que as Unidades estabeleçam  
1453 critérios para que, posteriormente, a CAA os aprove, sendo então aplicado em acordo  
1454 com o grupo ao qual a Unidade pertence. Creio que esta será uma grande contribuição  
1455 para a Universidade, este tipo de discussão é vital e me manifesto plenamente  
1456 favorável à nossa CAA." **M. Reitor:** "Possuímos diversos inscritos, mas gostaria de  
1457 lembrar que temos uma proposta objetiva que será posta em votação, de forma que o

1458 Conselho gostaria de ouvir argumentos favoráveis ou contrários a esta proposta para  
1459 que possa se manifestar posteriormente." **Cons.<sup>a</sup> Maria das Graças Bomfim de**  
1460 **Carvalho**: "Falo a favor do documento, considero-o bem elaborado, entretanto creio  
1461 ser necessário reforçar a situação das Unidades novas. Pelo gráfico é possível  
1462 perceber o quadro da Engenharia de Lorena e tanto da Direito quanto da Escola de  
1463 Educação Física de Ribeirão. Discutimos muito esta nossa preocupação com o  
1464 Professor Carlotti. Sou a atual Diretora da Escola de Educação Física de Ribeirão e  
1465 percebo a dificuldade de não ter um quadro de Titulares na Congregação, atualmente  
1466 estamos formando estes Associados, pois é uma Unidade nova. Creio que a fala do  
1467 Conselheiro que me antecedeu no caso de Lorena, quero compartilhar com este  
1468 Conselho. É uma situação complicada, possuímos um quadro de docentes esforçados  
1469 que procura consolidar a Escola de Educação Física, contudo, se não possuímos, de  
1470 alguma forma, pelo menos um Professor Titular – considerando que temos condições  
1471 para isto – ficamos em uma situação complicada. Quero deixar registrado que sendo  
1472 professora da Enfermagem que está na Direção da Escola de Educação Física,  
1473 considero este um desafio. Posso experiência como Diretora em minha gestão de  
1474 2006 a 2010. Gestão podemos fazer em qualquer lugar, mas creio que a Casa é deles  
1475 e nada mais justo do que ter os mesmos na gestão da Escola de Educação Física de  
1476 Ribeirão Preto." **Cons.<sup>a</sup> Marisa Helena Gennari de Medeiros**: "Inicialmente, o Instituto  
1477 de Química gostaria de parabenizar a CAA pelo documento. Uma Comissão no  
1478 Instituto analisou o conteúdo e tivemos algumas dúvidas sobre o mesmo, a respeito  
1479 dos critérios que devem ser levados em conta para a avaliação do mérito. No item 'c',  
1480 que se refere a 'desempenho acadêmico', concordamos com 'Bolsa de Produtividade' e  
1481 com os 'concursos'. No entanto, quanto à avaliação institucional, passaremos por uma  
1482 avaliação que será bastante trabalhosa para a Universidade e que terá um reflex.  
1483 Desta forma, a avaliação institucional quando pronta, deve ser considerada na  
1484 distribuição destes cargos. Sentimos falta ainda, no que se refere à qualidade, pois no  
1485 item 'Graduação' temos na redação 'número de disciplinas e dimensão das turmas'.  
1486 Gostaríamos que fosse adicionado o termo 'qualidade do ensino de Graduação', pois  
1487 nos cursos experimentais não se pode ter turmas com grande número de alunos, pois  
1488 temos laboratórios, o que envolve a segurança dos laboratórios. Desta forma, o termo

1489 'número de disciplinas e dimensão das turmas' deveria ser trocado pelo termo  
1490 'qualidade do ensino de Graduação' e, inclusive, citar 'por avaliações' também. A  
1491 pesquisa, que é o item 'g - produção científica média de trabalhos por docentes', nós  
1492 também entendemos ser necessário acrescentar 'qualidade da publicação, citações e  
1493 impacto', uma vez que sabemos ser bastante simples publicar em revistas onde há  
1494 uma taxa para se publicar. Hoje, na imprensa podemos ver esta manchete. Há uma  
1495 avalanche de editoras que ganham dinheiro publicando trabalhos científicos sem  
1496 nenhuma revisão. Desta forma, para não se estimular este tipo de comportamento,  
1497 daqueles que simplesmente preocupam-se em aumentar o número de trabalhos,  
1498 devemos considerar a 'qualidade da produção'. O número é importante, mas a  
1499 'qualidade da publicação, citações e impacto' deveria ser acrescentado. Gostaríamos  
1500 também de acrescentar a 'visibilidade dos docentes', considerando a participação  
1501 destes docentes em Corpo Editorial de revistas, em diretorias de sociedades  
1502 científicas, entre outras, preocupando-nos com a visibilidade nacional e internacional  
1503 destes docentes. Ademais, consideramos que equilíbrio é importante, mas não  
1504 podemos descuidar do mérito, pois um professor Associado deve possuir a chance de  
1505 ser promovido a Titular, justamente por estar em uma Unidade de excelência,  
1506 competitiva, que tem contratado bem seus docentes, possuindo um histórico de  
1507 produção científica alto e de promoção de seus docentes em virtude de sua qualidade.  
1508 Concordo com o representante da CAA que destacou que isto seria levado em  
1509 consideração. Isto é muito importante para mantermos a qualidade de nossa  
1510 Universidade." **M. Reitor:** "Obrigado, considero sua manifestação importante, pois o  
1511 Instituto de Química é uma Unidade que certamente se caracteriza pela preocupação  
1512 com a qualidade. Temos que fazer coisas objetivas Professora e incluir ou não tópicos  
1513 com muita clareza, pois votaremos isto em seguida. O Conselheiro Carlloti falou  
1514 entusiasticamente com relação a isto, pois a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto,  
1515 da qual venho, possui uma tradição de vários anos no qual a distribuição interna dos  
1516 cargos de Professor Titular é feita nestes critérios. Critérios que a Faculdade discutiu  
1517 numerosas vezes e que não garantem as vagas automaticamente para nenhum  
1518 Departamento, ou seja, quando as vagas surgem, as mesmas são colocadas em  
1519 discussão – inclusive não respeitando aquilo que muitas vezes é tradicional em

1520 Faculdade de Medicina e que dentro de um Departamento grande, como Clínica  
1521 Médica, haja vagas que são reservadas para Cardiologia, Endocrinologia, entre outros  
1522 – a Faculdade de Medicina desrespeitou isto. No concurso onde primeiramente foi  
1523 realizado este método, dois docentes – entre eles eu – foram escolhidos Professor  
1524 Titular de Hematologia. Havia uma expectativa que nós enfrentaríamos, mas pelo  
1525 contrário, nada disso aconteceu, mostrando que é compatível ter mais de um Professor  
1526 Titular com uma mesma denominação na Universidade de São Paulo. Daquilo que a  
1527 senhora elucidou, acrescentaria no tópico 'graduação', um item 'f - qualidade da  
1528 graduação'. Não será possível especificar isto neste momento, pois ainda não  
1529 conseguimos dar conta dos critérios que permitem fazer uma avaliação objetiva do  
1530 ensino da graduação, mas isto faz parte de nosso plano de metas e é algo que  
1531 faremos, espero, ao longo deste ano. Desta forma, incluir neste documento seria muito  
1532 saudável, sinalizando uma preocupação nossa. Outra inclusão diz respeito à 'qualidade  
1533 da produção científica'. No item 'pesquisa' acrescentaríamos o item 'qualidade da  
1534 produção científica', posteriormente decidiríamos seus critérios, mas desde este  
1535 momento, seria acrescido. Enquanto não houver os critérios, não é possível fazer isso.  
1536 Quanto à 'visibilidade dos docentes', é necessária definição; podemos considerar a  
1537 evidência de liderança acadêmica de seus docentes, o Professor Krieger fará uma  
1538 sugestão." **Cons. José Eduardo Krieger:** "Com relação à 'qualidade de pesquisa',  
1539 creio que este é um desafio para nós. Estamos falando de cargo de Professor Titular e  
1540 é fácil falarmos em qualidade se não dissermos exatamente aquilo que queremos.  
1541 Creio que há elementos suficientes oriundos de experiências em outras Universidades,  
1542 como a Universidade de Harvard na qual apresenta, na progressão, evidências  
1543 objetivas, o que pode ser adaptado para nosso sistema. Creio que se pode limitar a  
1544 definição da 'qualidade de pesquisa', por exemplo, o candidato apontar dez  
1545 publicações dele com seus respectivos impactos e o que ele julga importante." **M.**  
1546 **Reitor:** "Acontece que isto se aplica bem à determinadas áreas da Universidade, mas  
1547 creio que outras não. Poderíamos sim indicar, não dez publicações, mas dez  
1548 realizações ou dez produtos, pois isto incluirá tudo aquilo que a pessoa entender ser  
1549 indicativo de sua produtividade. Exemplo: 'qualidade da produção intelectual, medida  
1550 por dez produtos escolhidos pelo docente'. Ocorre que neste caso estamos falando do

1551 Departamento e não da avaliação pessoal. De forma que, creio ser melhor resolvermos  
1552 esta questão. Algo é fazer a avaliação individual e não tenho a menor dúvida de que  
1553 esta solicitação de demonstrar os dez melhores produtos é interessante, mas o caso do  
1554 Departamento permanece em aberto. 'Qualidade da produção intelectual do  
1555 Departamento medida pelos dez melhores'? A quantificação é importante e tem feito a  
1556 diferença quando mudamos o panorama de avaliação, pois uma coisa é deixar em  
1557 aberto e outra é solicitar a devida indicação. Temos assim a melhor maneira de se  
1558 avaliar. Se for fornecida uma lista interminável de 200 trabalhos, isto dificulta o  
1559 processo, mas quando indagamos quais são os cinco mais expressivos, torna-se muito  
1560 mais fácil de avaliar, sendo a melhor maneira de se comparar pessoas. Podemos,  
1561 ainda, não especificar isto agora, como de início tínhamos proposto, deixando para que  
1562 a Universidade chegue a um acordo posterior com relação a este ponto. Podemos falar  
1563 apenas da qualidade da graduação, falar da qualidade de ensino de Pós-Graduação e  
1564 da qualidade da produção intelectual, havendo entre nós um acordo de que  
1565 trabalharemos sobre isto posteriormente, a fim de definirmos os padrões de cada área."

1566 **Cons.<sup>a</sup> Maria Arminda do Nascimento Arruda:** "Gostaria de sugerir alguns  
1567 acréscimos. Primeiro quero dizer que a área de extensão não se resume a cursos  
1568 presenciais ou não, sendo muito mais ampla. Contudo, uma questão central que diz  
1569 respeito à extensão, no que tange a concessão de cargos de Professor Titular é a  
1570 representação e liderança acadêmica de um Departamento, ou ainda, como seus  
1571 docentes participam e se representam, indagando se possuem fóruns nacionais e  
1572 internacionais importantes. Creio que isto seja um elemento central no julgamento do  
1573 cargo." **M. Reitor:** "Agradeço a colaboração Professora, incluiremos este trecho na  
1574 redação. Desta forma, creio que está resolvido." **Cons. Umberto Celli Júnior:** "Queria  
1575 fazer coro ao que disse a Conselheira Maria das Graças, bem como, meu colega,  
1576 Conselheiro de Lorena, no que tange às novas Unidades que não têm Professores  
1577 Titulares. Represento aqui o apelo da comunidade da Faculdade de Direito de Ribeirão  
1578 Preto, uma Faculdade muito jovem, de apenas oito anos, que não possui Professores  
1579 Titulares, mas que já solicitou vagas. Pude ver com satisfação a exposição de motivos  
1580 para isto, motivos estes que já haviam sido relatados na reunião de Piracicaba, em  
1581 dezembro, e foram retomados nas explanações aqui formuladas pelo Professor

1582 Carlotti, fazendo específica menção àquelas Unidades novas que ainda não possuem  
1583 Professores Titulares. Vejo com satisfação que o 'item 6" – e novamente louvo o  
1584 trabalho desta Comissão – endereça o interesse destas novas Unidades. Também  
1585 elogio as sugestões que foram feitas no 'item 8', mas parece-me que também devesse  
1586 haver uma menção específica às necessidades e aos critérios das novas Unidades,  
1587 pois no 'item 6' fala-se sobre critérios acadêmicos, onde possivelmente serão levadas  
1588 em consideração as necessidades das Unidades que não possuem Titulares e no 'item  
1589 8', fala-se sobre os critérios de avaliação. Neste ponto deve ser feita uma ressalva,  
1590 levando-se em conta as novas Unidades que talvez não preencham todos estes  
1591 critérios de avaliação. Creio que na linha 'i - outras atividades' ou 'critérios relevantes  
1592 para as Unidades' deve-se acrescentar: 'inclusive as novas Unidades da USP, desde  
1593 que devidamente justificadas'. Creio que é esta minha sugestão para que estas  
1594 diretrizes, as quais dou meu entusiasmado apoio, pudessem, de fato, endereçar os  
1595 interesses das jovens Unidades que não possuem Titulares." **M. Reitor:** "A palavra  
1596 continua aberta e volto a insistir na necessidade de tratarmos objetivamente do  
1597 aperfeiçoamento da proposta e trazermos contribuições que a modifiquem, caso  
1598 contrário submeteremos a voto." **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins:** "Somo-me  
1599 àqueles que louvam esta iniciativa, que considero extremamente necessária na  
1600 Universidade. Segundo, quero manifestar certa perplexidade, pois se bem entendi a  
1601 fala do Conselheiro Valdecir, várias Unidades encaminharam à CAA solicitações de  
1602 distribuição de cargos, enquanto algumas outras Unidades não o fazem – eu  
1603 particularmente, como Diretor nestes anos, venho ouvindo há algum tempo a  
1604 informação de que não há cargos disponíveis e, portanto, não vale a pena encaminhar.  
1605 Isto me preocupa, pois se entendi a sua fala, há demandas a serem avaliadas e seria  
1606 extremamente importante que houvesse isonomia em suas solicitações. Entendi  
1607 equivocadamente? Creio que não, desta forma estaríamos abrindo solicitações para  
1608 todas as Unidades. Desta forma, quero contribuir para aprimorar esta iniciativa salutar  
1609 e muito bem vinda. Importante que quando se fala em Departamentos se inclua  
1610 Departamento ou Unidades, pois existem algumas poucas Unidades que não estão  
1611 estruturadas em Departamentos. Parece-me ainda importante incorporar nos critérios a  
1612 avaliação do envolvimento em atividades de gestão e o engajamento institucional, pois

1613 do contrário, corremos o risco de uma certa esquizofrenia regulamentar. Nós  
1614 reservamos certas atividades de gestão – nego-me a chamá-las de administrativas,  
1615 pois as atividades administrativas são, de maneira muito competente, feitas pelo nosso  
1616 corpo técnico administrativo, as atividades docentes são atividades de gestão  
1617 universitária –, no entanto a carreira não contempla a ascensão e não contempla as  
1618 atividades de gestão para progressão. Parece-me fundamental isto ser incorporado  
1619 como critério de avaliação." **M. Reitor**: "Suspeito que encontraremos dificuldades no  
1620 encaminhamento desta proposta agora, posso estar enganado, mas suspeito que há  
1621 divergências sobre o quanto a dedicação de membros da carreira docente para  
1622 atividades administrativas na Universidade devem ser compensadas com concessão  
1623 de promoções, substituições de docentes e assim por diante. Procuraria não  
1624 contemplar isto. Considerando que há cargos de gestão exclusivos para Professores  
1625 Titulares, você entende que este deve ser substituído na Unidade?" **Cons. Carlos**  
1626 **Alberto Ferreira Martins**: "Perdão M. Reitor, mas estou dizendo que entre os critérios  
1627 que as Unidades devem propor e submeter à CAA, além daqueles elencados, deve-se  
1628 também aferir a gestão." **M. Reitor**: "Desta forma isto implicaria que o Departamento de  
1629 Engenharia de Construção, como produziu um Vice-Reitor, é um Departamento que  
1630 merece um cargo de Professor Titular?" **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins**: "Não,  
1631 definitivamente não estou me referindo a isto. Estou propondo que entre os critérios  
1632 que devem ser contemplados, esteja a gestão. Está sendo solicitado que cada Unidade  
1633 ou Departamento proponha ou encaminhe à CAA uma avaliação com o elenco dos  
1634 critérios, para que os Professores Associados sejam habilitados a participar dos  
1635 cargos." **Cons.<sup>a</sup> Leny Sato**: "Primeiro, parabênzo a CAA pela elaboração destes  
1636 critérios no sentido de delegar às Unidades a oportunidade de elas definirem seus  
1637 critérios considerando as suas especificidades. Creio que, de modo geral, esta  
1638 proposta contempla diversos aspectos relevantes. Tenho, na verdade, uma dúvida  
1639 acerca do que foi apresentado pelo Professor, no que tange à posição de um cargo  
1640 emprestado. Tenho, também, uma sugestão no sentido de evitar uma ênfase na  
1641 avaliação individual do professor. No 'item 8', que diz respeito aos critérios, que é o  
1642 item que tem nos tomado mais fôlego, existe o item 'c', cujo título é 'o desempenho  
1643 acadêmico nos últimos 5 anos: bolsa Produtividade (PQ) para Associados e Titulares';

1644 fizemos uma reunião com a Congregação da Unidade e consideramos que todos estes  
1645 itens, do 'a' ao 'i', incluindo estes outros sugeridos aqui, referem-se a uma avaliação de  
1646 mérito acadêmico, o que está muito amplo. Parece-me que o desempenho acadêmico  
1647 como título do item 'c' talvez possa ser estendido para todos os outros itens. Aquilo que  
1648 nos inquietou, especialmente nos critérios, a 'Bolsa de Produtividade em Pesquisa',  
1649 justamente ao contrário do que a colega do Instituto de Química trouxe aqui, vocês  
1650 reforçaram a importância de incluir a Bolsa e nós consideramos que para algumas  
1651 Unidades a Bolsa de Pesquisador Científico não é algo muito relevante, no sentido de  
1652 expressar mérito, produção e excelência acadêmica, sendo, talvez, um critério que não  
1653 contemple um funcionamento e uma avaliação geral das áreas. Outra questão que nos  
1654 leva a sugerir que este item de 'Bolsa PQ' não seja incluído é que diversos outros itens  
1655 já estão sendo avaliados quando se concebe uma 'Bolsa PQ' de forma que estaria  
1656 sendo duplamente avaliado uma série de quesitos aqui." **M. Reitor:** "Vai atrasar até o  
1657 segundo semestre as atividades relacionadas com isso. Se sair agora só entra na outra  
1658 reunião, e não terá distribuição." **Cons. Germano Tremiliosi Filho:** "A proposta, de  
1659 certa forma, apresenta uma evolução, mas dois pontos me preocupam. Nas atuais  
1660 Diretrizes diz que 'na vacância de cargo vinculado ao banco de cargos da Unidade,  
1661 caberá à Congregação, respeitando o mérito acadêmico, estabelecer os critérios para a  
1662 concessão do cargo e aprovar a proposta de abertura do concurso de Professor Titular  
1663 no Departamento, o que deverá ser apreciado pela CAA.' Na atual proposta, no item 4,  
1664 diz que 'na vacância de um cargo de Professor Titular, a sua alocação será analisada  
1665 pela CAA, mediante solicitação aprovada pela Congregação da Unidade de Ensino ou  
1666 pelo Conselho Deliberativo do Museu e/ou do Instituto Especializado, segundo critérios  
1667 definidos a seguir:' Então, há dois pontos que me chamou a atenção: o primeiro ponto,  
1668 pelo que entendi da Diretriz atualmente vigente e dessa que está sendo proposta é que  
1669 a Unidade perde um pouco o controle do seu cargo - do cargo vinculado ao banco da  
1670 Unidade - porque esse cargo vai direto para a CAA. Depois disso, o cargo pode até  
1671 retornar, mas vai retornar segundo alguns critérios. Um deles é que terá que ser  
1672 respeitada uma média de 20%. Vou citar o exemplo da minha Unidade, que está  
1673 exatamente com esse número - 20% - e, provavelmente, se houver uma vacância, a  
1674 CAA vai analisar e vai retornar esse cargo, mas a minha Unidade é pequena e hoje

1675 estamos com quatro processos de aposentadoria. Se esses quatro docentes  
1676 aposentarem, a coisa começa a mudar. Por outro lado, pode ser que tenha Unidades  
1677 que tenham mais do que esses 20% e podem correr o risco de perder cargos, como é o  
1678 caso da minha Unidade, com quatro aposentadorias, uma vez que os cargos não serão  
1679 repostos de imediato. Então, no cômputo geral, se perdermos essas quatro  
1680 aposentadorias vou diminuir o número de docentes na minha Instituição. Então, nós  
1681 que temos mais do que 20%, estamos correndo o risco de perder cargos. Entendo  
1682 muito bem a proposta, e é louvável a proposta nova, onde as Diretrizes estão  
1683 contemplando as novas Unidades, mas também não acho justo contemplar as novas  
1684 Unidades apenas remanejando cargos de uma Instituição para outra. Se tiver mérito,  
1685 acho que tem que fazer isso mesmo, mas e se não tiver mérito? Esse tipo de coisa é  
1686 que fiquei em dúvida com essas novas Diretrizes, que na realidade se concentram no  
1687 item 4, aonde a Unidade pode perder o controle do seu cargo, ou seja, nas Diretrizes  
1688 antigas fala claramente em 'banco de cargos da Unidade' e nas Diretrizes novas não  
1689 fala nada disso, fala claramente que a sua alocação será analisada pela CAA. Ou seja,  
1690 a Unidade está pegando o seu cargo e jogando nas mãos da CAA, a Unidade não tem  
1691 mais este cargo, ele vai para o banco da Universidade. E a CAA volta ou não esse  
1692 cargo para a Unidade. Essa foi a leitura que fiz das atuais Diretrizes e das Diretrizes  
1693 propostas. Este é o único ponto que me preocupa, o restante da proposta é muito boa  
1694 e mostra uma evolução nessa questão de cargos de Titulares." **Cons. Carlos Gilberto**  
1695 **Carlotti Júnior**: "Esse Titular que vai aposentar voltará para a sua Unidade. A CAA  
1696 não vai analisar, pois se a sua Unidade fez os critérios, mandou para a CAA e ela  
1697 aprovou, esse cargo voltará para a sua Unidade, não há o risco dela tirar esse cargo da  
1698 sua Unidade, porque ela está com 20%. A Unidade só iria perder direito de ser  
1699 automático se sair da média estabelecida. Agora, quatro docentes não vai alterar tanto  
1700 a porcentagem da sua Unidade." **M. Reitor**: "Estamos em um impasse, pois temos  
1701 propostas de aperfeiçoamento, temos dúvidas mais fundamentais e temos, ainda,  
1702 inscritos para falar. Gostaria de ouvir dos Conselheiros se vamos dar continuidade à  
1703 discussão e chegarmos ao voto hoje, com as modificações que foram feitas, ou se  
1704 vamos retirar de pauta para aperfeiçoamento, como sugeriram. Tirar de pauta para  
1705 aperfeiçoamento significa que a matéria só voltará na última sessão do semestre e,

1706 portanto, só vamos falar de distribuição de cargos de Professor Titular do meio do  
1707 segundo semestre para frente. Por isso pergunto: vamos dar continuidade à discussão  
1708 e vamos votar?" Os Conselheiros se manifestaram levantando as mãos, os que eram  
1709 favoráveis, sendo esta a opção da maioria. **M. Reitor**: "Pergunto ao Conselheiro  
1710 Germano se ele tem uma proposta concreta de modificação para fazer, com relação a  
1711 este ponto. A Conselheira Lenny Sato fez uma proposta concreta que colocarei,  
1712 posteriormente, em votação - a supressão da contagem de número de bolsas de  
1713 produtividade científica. Sendo essa uma proposta objetiva, podemos votar o texto  
1714 conforme proposto, sem prejuízo de analisarmos a sugestão posteriormente. O  
1715 Conselheiro Germano pode propor uma nova redação para o item comentado. Faça  
1716 sua proposta e votaremos, sem prejuízo do texto que será apresentado. A situação da  
1717 reposição deriva de uma situação financeira, que quando melhorar, a correção poderá  
1718 ser feita. Mas, está nas mãos do Conselheiro fazer ou não um texto alternativo." **Cons.**  
1719 **Paulo José do Amaral Sobral**: "Gostaria apenas de contextualizar estes 195 claros  
1720 disponíveis, porque até a gestão anterior estava claro para nós que a CAA guardava  
1721 200 claros estratégicos - pelo menos foi o que me foi dito pelo Vice-Reitor, Prof. Hélio  
1722 Nogueira - que esse era o número e que era estratégico. Agora, com essa política,  
1723 parece que não é, porque vai haver reposição, com aposentadoria, uma vez que vem  
1724 para a CAA, que vai devolver ou não o cargo às Unidades. Mas minha intervenção é  
1725 mais no sentido de saber se compreendi corretamente o que foi exposto. Quanto aos  
1726 méritos, estou totalmente de acordo e parabênizo a CAA pelo trabalho muito  
1727 interessante. Mas observo a operacionalização no item 4 e no item 7. O item 4 trata da  
1728 reposição em caso de aposentadoria ou falecimento do Titular, e para este é preciso  
1729 que a Congregação estabeleça os critérios, como descrito no item 3. Isso é uma coisa.  
1730 A outra coisa é que quem quiser um 'plus', o item 7 é que trata. O item 7 não leva,  
1731 necessariamente, em conta, os critérios aprovados nos termos do item 3. Isso fica,  
1732 depois, a critério da CAA, sendo que para esse haverá calendário, é anualmente; e o  
1733 outro caso, a qualquer momento podemos pedir a substituição da vacância, que é o  
1734 meu caso: o Professor Nogueira aposentou-se no ano passado e a qualquer momento  
1735 posso entrar com esse pedido, depois que a Congregação fizer os critérios." **Cons.**  
1736 **Marcos Nogueira Martins**: "Quero me manifestar sobre dois pontos. Primeiramente,

1737 parabenizo a CAA pelo trabalho. Quero comentar, primeiro, o item 8. Acho que o  
1738 detalhamento não substitui o bom senso. Podemos ficar elencando itens que devem  
1739 ser incluídos ou não, de uma forma ou de outra diferente e não vamos nunca chegar a  
1740 um consenso. Então, acho que devem ser levados em conta, para avaliação, critérios  
1741 acadêmicos somente. E para evitar manipulações políticas, tanto o pedido quanto a  
1742 resposta da CAA, devem ser justificadas e públicas. Isso deixa fora de questão  
1743 manipulações por baixo do pano e outras coisas, e as pessoas ficam mais tranquilas. E  
1744 também não precisa ficar discutindo se a Unidade é nova, o que é unidade nova, se é  
1745 ter 10 anos, enfim. Perto da minha cidade, Bolonha, todos somos novos aqui. Então,  
1746 não adianta ficar discutindo critério para saber o que é uma unidade nova, meio nova,  
1747 velha, não vamos convergir nunca. A outra questão é a das vagas. Entendo a situação,  
1748 com a flutuação do número de docentes por conta de aposentadorias repentinas, em  
1749 uma época infeliz, onde a reposição está inviabilizada. Isso é um argumento forte a ser  
1750 dado à CAA quando for solicitada a vaga - que a porcentagem de titulares era 'x' e  
1751 houve uma perda de docentes que não foram repostos, não por conta da Unidade, mas  
1752 sim por conta da condição econômica vigente. É um argumento que deve ser levado  
1753 em consideração pela CAA. De forma que, querer substituir bom senso por muitas  
1754 regras é um erro e acabamos caindo no problema da nossa Constituição - com perdão  
1755 dos juristas presentes -, que fica definindo um monte de coisas e ninguém consegue  
1756 fazê-la valer. Penso que devemos simplificar para fazer funcionar." **M. Reitor:**  
1757 "Ninguém mais querendo se manifestar, passaremos à votação. Peço a compreensão  
1758 de todos, pois este Conselho precisa votar, também, pelo menos, o primeiro processo  
1759 do Caderno II, que trata de recursos, pois o advogado do interessado fará sustentação  
1760 oral e este veio ao Co inúmeras vezes, mas o processo em questão foi retirado de  
1761 pauta e, pode dar a impressão de que estamos postergando isto. Passaremos à  
1762 votação das Diretrizes. Entendo que tudo o que foi falado sobre aperfeiçoamento foi  
1763 aceito pela maioria, portanto votaremos sem prejuízo dos seguintes tópicos que serão  
1764 analisados e votados depois. A primeira sugestão é do Conselheiro Marcos Martins:  
1765 que no item 8 conste apenas 'deverão ser levados em conta apenas a avaliação do  
1766 mérito acadêmico.' - e tira todo o restante. Se a proposta for aprovada todos o itens que  
1767 vem abaixo, no texto das Diretrizes, desaparece. A segunda proposta é da Conselheira

1768 Leny Sato, que sugere que tiremos a referência a bolsas de produtividade científica. A  
1769 terceira proposta é do Conselheiro Germano Tremiliosi, que apresenta um substitutivo  
1770 para o item 4 'a' - que seja acrescentado ao texto 'nos últimos cinco anos', ficando: 'a.  
1771 caso a relação entre o número de Professores Titulares e o número total de docentes  
1772 da Unidade, nos últimos cinco anos, esteja abaixo de 1,2 vezes...'. Primeiro vamos  
1773 votar a proposta da CAA, sem prejuízo desses três destaques. **Votação.** Pelo painel  
1774 eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 82 (oitenta e dois) votos; Não = 2  
1775 (dois) votos; Abstenções = 6 (seis); Total de votantes = 90 (noventa). É aprovada a  
1776 proposta das Diretrizes Gerais para distribuição de cargos de Professor Titular, sem  
1777 prejuízo de destaques. **M. Reitor:** "Colocaremos em votação, separadamente, os  
1778 destaques. Votaremos o primeiro destaque, encaminhado pelo Conselheiro Marcos  
1779 Martins, de que sejam excluídos os subitens de 'a' a 'i', do item 8 das Diretrizes, ficando  
1780 apenas 'Deverá ser levado em conta, para a avaliação, o mérito acadêmico.' " **Votação.**  
1781 Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 26 (vinte e seis) votos;  
1782 Não = 57 (cinquenta e sete) votos; Abstenções = 7 (sete); Total de votantes = 90  
1783 (noventa). O destaque não é aprovado. **M. Reitor:** "Votaremos o segundo destaque,  
1784 encaminhado pela Conselheira Leny Sato, para que seja excluído o termo 'bolsa de  
1785 produtividade' das Diretrizes." **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte  
1786 resultado: Sim = 37 (trinta e sete) votos; Não = 47 (quarenta e sete) votos; Abstenções  
1787 = 7 (sete); Total de votantes = 91 (noventa e um). O destaque não é aprovado. **M.**  
1788 **Reitor:** Votaremos o terceiro destaque, encaminhado pelo Prof. Germano Tremiliosi, de  
1789 incluir o texto 'nos últimos cinco anos', no item 4 - 'a' das Diretrizes." **Votação.** Pelo  
1790 painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 48 (quarenta e oito) votos; Não  
1791 = 35 (trinta e cinco) votos; Abstenções = 5 (cinco); Total de votantes = 88 (oitenta e  
1792 oito). É aprovado o destaque de inclusão do texto 'nos últimos cinco anos', no item 4 -  
1793 'a' das Diretrizes Gerais para distribuição de cargos de Professor Titular. A seguir, o **M.**  
1794 **Reitor** passa ao **CADERNO II – RECURSOS. 1. PROCESSOS 2013.1.346.2.5 –**  
1795 **FACULDADE DE DIREITO.** Recurso interposto pelos candidatos Cristiano Rosa de  
1796 Carvalho e Maria Rita Ferragut, contra a Congregação da Faculdade de Direito, que  
1797 homologou o resultado do concurso para provimento do cargo de Professor Doutor,  
1798 junto ao Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário. Edital FD nº

1799 34/2012 do concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor, em RTC, junto  
1800 ao Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário - área de Direito  
1801 Tributário, publicado no D.O. de 15.08.2012. Homologação dos inscritos e da Banca  
1802 Examinadora, publicado no D.O. de 05.12.2012 e publicação da aprovação dos  
1803 suplentes da Banca Examinadora, tendo em vista que alguns membros declinaram do  
1804 convite, no D.O de 19.01.2013. Relatório de classificação da primeira fase do concurso:  
1805 foram considerados habilitados os candidatos Fabiana Del Padre Tomé, Robson Maia  
1806 Lins, Rodrigo Maito da Silveira, Tathiane dos Santos Piscitelli, Maria Rita Ferragut,  
1807 Renato Lopes Becho, Gustavo Gonçalves Vettori e Igor Mauler Santiago, por terem  
1808 obtido, por maioria, notas acima de 7,0 (sete) pelos membros da Comissão Julgadora  
1809 (28.01.13). Relatório Final do concurso: verificadas as indicações individuais, a Banca  
1810 Examinadora, por maioria, indicou o candidato Renato Lopes Becho para prover o  
1811 cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de Direito Econômico, Financeiro e  
1812 Tributário (31.01.13). Recurso interposto pelo candidato Cristiano Rosa de Carvalho,  
1813 contra a decisão da Comissão Julgadora, que indicou o candidato Renato Lopes Becho  
1814 para prover o cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de Direito Econômico,  
1815 Financeiro e Tributário, alegando: 1) as notas da prova escrita não foram atribuídas  
1816 individualmente, havendo reunião da Comissão Julgadora para tanto, resultando em  
1817 violação à isonomia e ao princípio de impessoalidade; 2) durante arguição pública dos  
1818 memoriais, manifestou-se preferência explícita, por parte de membro da Comissão  
1819 Julgadora, por candidatos com expertise específica em Direito Tributário Internacional,  
1820 o que implica em violação aos princípios da segurança jurídica, legalidade,  
1821 impessoalidade e isonomia; 3) houve pessoalidade na atribuição de notas aos  
1822 memoriais, em clara afronta ao Edital FD 34/2012, ao Regimento Geral da USP, bem  
1823 como à Constituição do Estado de São Paulo e à Constituição Federal do Brasil; 4)  
1824 houve arguição em língua estrangeira, contrariando norma expressa do Regimento  
1825 Geral da USP. Requer que seja reconhecida a nulidade do referido concurso e que a  
1826 egrégia Congregação da Faculdade de Direito decida pela não homologação do  
1827 Relatório e, por fim, que se delibere pela abertura de novo concurso público (14.02.13).  
1828 Recurso interposto pela candidata Maria Rita Ferragut, contra a decisão da Banca  
1829 Examinadora, que indicou o candidato Renato Lopes Becho para prover o cargo de

1830 Professor Doutor junto ao Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário,  
1831 tendo em vista as irregularidades destacadas: 1) quando do julgamento de seu  
1832 memorial, foi arguida em língua inglesa pelo examinador José Marcos Domingues de  
1833 Oliveira, violando o disposto no art. 135, § 7º do Regimento Geral da USP; 2) na  
1834 mesma linha, o Prof. Luis Eduardo Schoueri tentou arguir em alemão a candidata  
1835 Tathiane dos Santos Piscitelli, o que somente não se concretizou porque a candidata  
1836 manifestou a sua não fluência no idioma; 3) a afirmação do Prof. Luis Eduardo  
1837 Schoueri, ao indagar a candidata Fabiana Del Padre Tomé, de que a Faculdade de  
1838 Direito precisava de um professor especializado em Direito Tributário Internacional e  
1839 que, portanto, ela seria arguida nesse aspecto. Alguns outros candidatos que a  
1840 sucederam, inclusive a recorrente, também foram assim abordados. Entretanto,  
1841 esclarece, que o Edital do concurso em momento algum prevê a necessidade dessa  
1842 especialização, nem tampouco atribui um peso maior a esse ponto quando do  
1843 julgamento do memorial; 4) vários candidatos com reconhecida competência técnica e  
1844 robusto memorial foram mal avaliados na prova escrita, fato que diz transcender a  
1845 mera coincidência; 5) de forma injustificada recebeu nota 5 (cinco) em seu memorial do  
1846 examinador José Marcos Domingues de Oliveira, embora entenda ter sido uma das  
1847 candidatas mais qualificadas do concurso. Requer que seja reconhecida a nulidade do  
1848 procedimento para indicação de Professor Doutor do Departamento de Direito  
1849 Econômico, Financeiro e Tributário, Área de Direito Tributário da Faculdade de Direito e  
1850 que a egrégia Congregação da Faculdade de Direito decida pela não homologação do  
1851 Relatório e, por fim, que se delibere pela abertura de novo concurso público (14.02.13).  
1852 Contrarrazões aos recursos interpostos em desfavor da decisão da Comissão  
1853 Julgadora do referido concurso, apresentada pelo candidato indicado, Renato Lopes  
1854 Becho: pela experiência anterior em concursos públicos, como candidato e como  
1855 examinador, não indica nenhuma ocorrência que maculasse a disputa pública (...);  
1856 eventual atenção dada a um dos pontos do programa (no caso, Direito Tributário  
1857 Internacional), não macula o concurso. A existência de um ponto no programa é  
1858 suficiente para justificar qualquer grau de atenção a ele dado pela Banca Examinadora  
1859 (...) considerar que uma pergunta sobre experiência internacional, feita por um  
1860 examinador a todos os candidatos, significou uma emenda ao edital, parece, data

1861 máxima vênia, um flagrante exagero (...); sobre a arguição em língua estrangeira  
1862 durante o certame, considera que a formulação, por um dos examinadores, de uma  
1863 única questão em língua estrangeira (inglês), direcionada para aqueles que lançaram  
1864 no memorial o domínio desse idioma, antes engrandeceu e coloriu o concurso do que o  
1865 invalidou (...) por sinal, as perguntas foram elementares, superficiais. Em seu  
1866 entendimento, a formulação de uma única questão não se confunde com uma arguição  
1867 (13.03.13). Parecer da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Odete Medauar, pela Congregação da FD: opina pelo  
1868 não provimento da manifestação do candidato Cristiano Rosa de Carvalho e do recurso  
1869 da candidata Maria Rita Ferragut e, por conseguinte, opina pela manutenção do  
1870 resultado do concurso, que indicou, por maioria, o candidato Renato Lopes Becho  
1871 (18.03.13). Petições encaminhadas pelos candidatos Cristiano Rosa de Carvalho e  
1872 Maria Rita Ferragut, tendo em vista que chegou ao conhecimento dos recorrentes o  
1873 relato que teria sido feito pelo Prof. Dr. José Rogério Cruz e Tucci na reunião da  
1874 Congregação de 14.02.13, onde teria pedido a palavra para manifestar a grande  
1875 pressão sofrida durante o concurso, para que beneficiasse o candidato da preferência  
1876 do Prof. Luís Eduardo Schoueri. Diante disso requerem a juntada aos autos da  
1877 gravação da reunião extraordinária de 14.02.13, o adiamento, por um mês, do  
1878 julgamento dos recursos e autorização para realização de sustentação oral (19.03.13).  
1879 **Parecer da Congregação da FD:** aprova, por maioria, dar provimento aos recursos e a  
1880 consequente não homologação do concurso (21.03.13). Recurso interposto pelo  
1881 candidato indicado no referido concurso, Renato Lopes Becho, contra a decisão da  
1882 Congregação, que deferiu os recursos interpostos pelos candidatos Cristiano Rosa de  
1883 Carvalho e Maria Rita Ferragut e não homologou o resultado final da Banca  
1884 Examinadora, requerendo que a Congregação reconsidere sua decisão para:  
1885 reconhecer a nulidade da Sessão da Congregação de 21.03.13, que não homologou o  
1886 resultado da banca examinadora e, caso não se reconheça essa nulidade, prover o  
1887 recurso para que o resultado da banca seja homologado (15.04.13). Contrarrazões do  
1888 candidato Cristiano Rosa de Carvalho, ao recurso administrativo/pedido de  
1889 reconsideração interposto pelo candidato Renato Lopes Becho, requerendo: a) a  
1890 manutenção da decisão que reconheceu a nulidade do procedimento para indicação de  
1891 Professor Doutor do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, Área

1892 de Direito Tributário; b) que em decorrência da manutenção da decisão que anulou o  
1893 presente concurso, seja deliberada abertura de novo concurso público para Professor  
1894 Doutor do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, com estrita  
1895 observância aos princípios de legalidade, da publicidade, da vinculação ao instrumento  
1896 convocatório, da impessoalidade, da isonomia e do julgamento objetivo (02.05.13).  
1897 Manifestação da candidata Maria Rita Ferragut sobre o pedido de reconsideração do  
1898 candidato Renato Lopes Becho, requerendo: 1) seja negado provimento ao pedido de  
1899 reconsideração formulado pelo recorrente, mantendo-se a decisão que reconheceu a  
1900 nulidade do procedimento para indicação de Professor Doutor no Departamento de  
1901 Direito Econômico, Financeiro e Tributário; 2) em atenção ao princípio da eficiência da  
1902 Administração Pública, que delibere pela abertura de novo concurso público para o  
1903 Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, Área de Direito Tributário  
1904 (02.05.13). **Parecer da Congregação da FD:** delibera por negar o adiamento da  
1905 matéria, bem como a participação dos candidatos Cristiano Rosa de Carvalho, Maria  
1906 Rita Ferragut e do recorrente Renato Lopes Becho, na pessoa de seu advogado André  
1907 Lobas de Castro, na Sessão da Congregação; aprova o parecer do relator, no sentido  
1908 de anulação da decisão anterior da Congregação e homologa o relatório da Banca  
1909 Examinadora (23.05.13). Recurso interposto pela candidata Maria Rita Ferragut,  
1910 requerendo a reconsideração da decisão da Congregação, que em 23.05.13, decidiu  
1911 homologar o relatório da Banca Examinadora do referido concurso (10.06.13). Recurso  
1912 interposto pelo candidato Cristiano Rosa de Carvalho, requerendo reconsideração da  
1913 decisão da Congregação, que anulou a decisão proferida na sessão de 21.03.13 e  
1914 homologou o relatório da Banca Examinadora e, caso não seja este pedido recebido  
1915 como reconsideração pela Congregação ou não seja provido o mérito, seja então  
1916 recebido como recurso e remetido ao Co (10.06.13). **Parecer da PG:** esclarece que  
1917 embora a matéria já tenha sido apreciada pela Congregação da FD, o novo recurso  
1918 deverá por ela passar antes de ser encaminhado ao Co, se for o caso (05.07.13).  
1919 **Parecer da Congregação:** delibera não aprovar os pedidos de sustentação oral  
1920 solicitados pelos candidatos recursantes e aprovar o parecer do relator, pela  
1921 homologação do concurso e não conhecimento dos recursos (31.10.13). **Parecer da**  
1922 **Congregação:** delibera pela não concessão do efeito suspensivo (28.11.13). **Parecer**

1923 **da PG:** faz as seguintes observações gerais: com relação à competência recursal,  
1924 esclarece que a Congregação, o Conselho Universitário ou qualquer outro órgão da  
1925 USP não podem substituir a Comissão Julgadora em seu papel de avaliar os  
1926 candidatos. Com relação à sistemática dos concursos para ingresso na carreira  
1927 docente da USP - indicações, esclarece que uma ou outra avaliação muito dissonante  
1928 das demais não traz maiores reflexos no resultado do concurso. Com relação aos atos  
1929 administrativos, sem prejuízo não há nulidade. Possíveis atos irregulares ocorridos em  
1930 processos administrativos não acarretam a nulidade desse se forem inaptos a trazer  
1931 prejuízos aos interessados ou à Administração. Quanto à análise pontual das  
1932 alegações dos recorrentes: - atribuição de notas às provas escritas: o argumento de  
1933 que teria havido algum tipo de "combinação" entre os examinadores quanto às notas  
1934 das provas escritas não passa de uma conjectura do candidato, baseada, por sua vez,  
1935 em evidências por ele relatadas, as quais, entretanto, não correspondem aos fatos e/ou  
1936 nada demonstram. - Suposta "ementa ad hoc" ao edital: arguição a respeito de Direito  
1937 Tributário Internacional: destaca que o programa do concurso envolvia Direito Tributário  
1938 I, II e Legislação Tributária e, como destaca os recorrentes, um dos pontos englobados  
1939 pela disciplina "Legislação Tributária" é "Noções de Direito Tributário Internacional",  
1940 não havendo como vislumbrar irregularidade na arguição dos candidatos acerca de  
1941 ponto que integra o programa do concurso. Ademais, a frase atribuída ao Prof. Luis  
1942 Eduardo Schoueri não pode ser entendida como mais que uma explicação. - Suposta  
1943 personalidade no julgamento dos memoriais: esclarece que as avaliações nos  
1944 concursos públicos para a carreira docente competem com exclusividade às  
1945 Comissões Julgadoras, não sendo possível a sua reapreciação por quaisquer outros  
1946 órgãos da Universidade. E adentrar em tal ponto equivaleria a reavaliar os memoriais  
1947 dos candidatos, procedimento inviável em sede recursal. - Arguição do memorial em  
1948 língua estrangeira e questões sobre Direito Tributário Internacional: observa que foi  
1949 facultativo aos candidatos responder na língua que desejassem e que a candidata  
1950 Maria Rita optou por responder em língua inglesa, muito provavelmente porque estava  
1951 segura de que seria capaz de fazê-lo, razão pela qual não pode aceitar agora que tal  
1952 fato seja alegado com o objetivo de se ver decretada a nulidade do certame. No mais, a  
1953 realização de algumas perguntas em outro idioma tampouco é conduta violadora do

1954 princípio de publicidade, regente da Administração Pública. - Suspeição de membros  
1955 da Comissão Julgadora: consta dos autos relato de que teria havido pressão por parte  
1956 de um dos examinadores sobre outro - observa que mesmo que se admitisse ter havido  
1957 pressão imprópria por um dos examinadores, o fato é que o candidato Renato Lopes  
1958 Becho logrou mais indicações, a despeito da alegada pressão em favor de outro  
1959 candidato. Conclui que, embora tenha havido aqui ou acolá condutas que se possa ter  
1960 por heterodoxas ou criticáveis, não há razão para invalidar o concurso Edital nº  
1961 34/2012. Nenhuma das falhas comprometeu o resultado. Nenhuma causou dano à  
1962 lisura do resultado... Deste modo, na esteira do entendimento da Congregação da FD,  
1963 entende que não estão configurados motivos que ensejem a decretação da nulidade do  
1964 concurso (18.02.14). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes, o  
1965 parecer do relator, **Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu**, favorável a não  
1966 homologação do relatório final do concurso para provimento do cargo de Professor  
1967 Doutor, junto ao Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, à  
1968 acolhida dos recursos e, conseqüentemente, à anulação do certame (10.06.14).  
1969 Solicitação do candidato Renato Lopes Becho, para que seu advogado, Dr. Maurício  
1970 Zockun, seja previamente intimado da inclusão do processo na pauta da reunião do Co,  
1971 sendo-lhe franqueado o acesso à esta reunião, para que possa fazer uso da palavra,  
1972 nos termos do art. 7º, X e XI da Lei Federal 8.960/94 (01.09.14). Em Sessões do  
1973 Conselho Universitário de 18.11 e 09.12.2014, o Magnífico Reitor retira os autos de  
1974 pauta. **M. Reitor:** "Solicito que adentre à Sala do Conselho Universitário, o Dr. Maurício  
1975 Zockun, advogado do candidato Renato Lopes Becho, que terá direito à sustentação  
1976 oral." O advogado Maurício Zockun adentra a Sala do Co e toma acento. **Cons. Sérgio**  
1977 **França Adorno de Abreu:** "É um concurso de ingresso de Professor Doutor, na área  
1978 de Direito Tributário. O concurso foi realizado, a princípio, segundo as regras e o  
1979 resultado do concurso sagrou um candidato vitorioso no processo. Logo em seguida,  
1980 dois candidatos entraram com recurso, questionando uma série de pontos do concurso,  
1981 aspectos formais e outros nem tão formais, sendo que em alguns momentos tentou-se  
1982 entrar em questões de mérito. O assunto foi analisado detidamente pela Congregação  
1983 da Faculdade de Direito, que optou por manter o resultado da Comissão Julgadora e  
1984 homologar o concurso. Desta forma, houve um novo recurso, que se centralizava nas

1985 mesmas questões - que falarei a seguir - e suscitou um grande debate interno na FD,  
1986 mas a Congregação da Unidade manteve a decisão de homologar o resultado do  
1987 concurso. Uma vez homologado o resultado do concurso, como era um recurso ao  
1988 Conselho Universitário, passou pela CLR; antes de passar pela CLR houve um parecer  
1989 da Procuradoria Geral, que entendeu que os procedimentos estavam todos corretos e  
1990 ofereceu a fundamentação de que o procedimento foi legítimo e, portanto, a  
1991 homologação estava correta. Fui examinar o processo e, com todo respeito que tenho  
1992 pela Congregação da Faculdade de Direito e pela Procuradoria Geral, o meu ponto de  
1993 vista oferecido à CLR é num sentido contrário. Houve três questões chave que foram  
1994 objeto do recurso. A primeira delas procura questionar o resultado do concurso,  
1995 segundo o mérito. Por exemplo, a recorrente começa a se comparar. É claro que esse  
1996 argumento é inaceitável, primeiro porque ela é candidata, não pode se colocar na  
1997 posição de julgador e, segundo, porque é entendimento jurídico de que questões de  
1998 mérito cabem à uma Comissão, votada pela Congregação da Unidade, portanto  
1999 ninguém pode substituir a comissão de especialistas. De forma que concordo que este  
2000 é um argumento inaceitável. O segundo argumento é um pouco mais complexo, mas  
2001 também acho que é inaceitável. Há um questionamento de que o concurso era na área  
2002 de Direito Tributário Nacional e que foram feitas perguntas de Direito Tributário  
2003 Internacional. Não sou da área, mas quem estuda Direito Tributário, imagino que não  
2004 pode, hoje, não ter noções mínimas de Direito Tributário Internacional. De forma que  
2005 não vejo problema. Eu poderia até aceitar esse argumento se houvesse uma ata  
2006 dizendo quais foram as perguntas feitas. Porque então eu poderia dizer, por exemplo,  
2007 que foram feitas perguntas tão específicas de Direito Tributário Internacional, que não  
2008 estavam previstas no edital do concurso. Mas não tenho isto e como não tenho esta  
2009 informação, não tenho como aceitar este argumento. Para todos os efeitos, reconheço  
2010 o argumento da Comissão de que o que se esperava de Direito Tributário Internacional  
2011 é o mínimo que quem está se candidatando a um cargo na área de Direito Tributário  
2012 deveria saber. Mas, há um argumento que me pesou duramente. Uma das candidatas  
2013 alegou que durante a arguição do Memorial foi-lhe perguntado se ela aceitava  
2014 responder o Memorial em inglês. Ela aceitou, disse: 'sim, eu posso'. Isso foi feito e, pela  
2015 minha leitura do processo, não há negação. Ninguém negou que tenha sido feita a

2016 arguição em língua inglesa. Há uma dúvida, mas que para mim é irrelevante, de que a  
2017 prova toda da arguição foi em inglês, mas a Banca diz que não foi toda, que foi apenas  
2018 uma pergunta, porque era para saber se ela tinha fluência mesmo na língua inglesa.  
2019 Há, também, a ideia de que uma outra candidata, que diz que lê alemão, e fala que foi  
2020 perguntado para ela se aceitaria e ela não aceitou responder em alemão. O problema  
2021 disto é que esta pergunta em inglês não está prevista no edital do concurso. E ela está  
2022 questionando isto. Vamos supor que ela estivesse se saído bem na prova, isso poderia  
2023 ser uma vantagem dela em relação aos outros, que não foram perguntados. Ela  
2024 poderia ter se saído mal, poderia, também, ser uma desvantagem dela em relação aos  
2025 outros que não foram perguntados. Terceiro, os outros não foram perguntados se eles  
2026 tinham esta habilidade. Eles poderiam ter essa habilidade e se sair até melhor do que a  
2027 outra candidata. Isto introduz um elemento de instabilidade e de imprevisibilidade no  
2028 resultado do concurso. Não sei no que isto pode ter pesado na variação dos julgadores  
2029 da prova do Memorial. Então, acho que o princípio da isonomia não foi garantido. E  
2030 acho que isso compromete, porque, de alguma maneira, fica no ar sempre a suspeita  
2031 de que os candidatos não foram julgados exatamente pelos mesmos critérios; não  
2032 tiveram o direito idêntico de oferecer as suas habilidades aos julgadores. De forma que  
2033 fiz o meu parecer e propondo a não homologação do concurso, portanto a sua  
2034 anulação, lembrando, inclusive, de que nada impede, hoje, de se realizar concurso em  
2035 língua inglesa; já há toda uma regulamentação aprovada, que permite fazer o concurso  
2036 em língua inglesa. Então, se há uma vontade dentro da área de se fazer, poderia ter  
2037 sido feito desta forma. Terminando dizendo que não há questionamento - nem no meu  
2038 parecer - sobre questão de mérito. Não estou dizendo que o candidato vencedor não  
2039 era o melhor, estou dizendo que houve um vício na condução do processo, que me  
2040 parece comprometedor. Então, reafirmo que não é questão de mérito, isto não está em  
2041 julgamento, não estou propondo rever a posição da Banca, ela é soberana. Estou  
2042 dizendo que houve um problema na condução do processo." **M. Reitor:** "O Conselheiro  
2043 Tucci, Diretor da Faculdade de Direito, vai fazer uma pequena fala. Tenho duas  
2044 informações relevantes ao Conselho: o Professor Tucci, além de Diretor da FD, fez  
2045 parte da Banca. Segunda informação: ele presidiu a CLR, mas se absteve de votar  
2046 quando a Comissão se manifestou sobre o caso." **Cons. José Rogério Cruz e Tucci:**

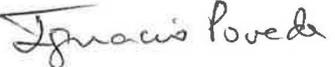
2047 "Já adianto que vou abster-me hoje novamente. Mas, em consideração à minha  
2048 Congregação e até por uma lealdade perante a este Conselho, como fui membro da  
2049 Banca, sinto-me instado - e obrigado até - a dar esclarecimentos. O recurso não retrata  
2050 o que ocorreu. Isso, naturalmente, não é raro, a habilidade do advogado ou da  
2051 interessada mesmo, em causa própria, enfim, isto é habilidade. É a mesma história do  
2052 cidadão que procura um advogado e diz que está devendo, mas o advogado diz que irá  
2053 contar que ele já pagou. O que ocorre é a forma de expor os fatos. Éramos em cinco  
2054 examinadores, o concurso transcorreu de uma forma absolutamente normal, com 14  
2055 candidatos originariamente, 6 ou 7 caíram na prova escrita - inclusive um dos  
2056 recorrentes não obteve a nota 7 na prova escrita - e esta candidata ficou em terceiro  
2057 lugar. Somente ela, então, tem legitimidade para recorrer. O que ocorreu, de fato, é que  
2058 na arguição de Memorial, o examinador do Rio de Janeiro - e ele foi o único a agir  
2059 desta forma - questionou um ou outro candidato. Não houve arguição de Memorial,  
2060 todos em vernáculo, mas esse professor disse: 'estou vendo aqui - e não foi só para ela  
2061 - que o senhor estudou em Michigan e, inclusive, o senhor escreveu um *paper* lá sobre  
2062 imposto de renda. Então o senhor me descreva, rapidamente, se o senhor desejar,  
2063 como é o sistema de *in-context* nos Estados Unidos'; e então o candidato falou por dois  
2064 ou três minutos e um outro candidato também. Ninguém quis arguir em alemão. O  
2065 Professor Schoueri, que fez o doutorado na Alemanha, meu colega de Faculdade, um  
2066 Professor extremamente sério e dedicado, perguntou para uma candidata, dizendo:  
2067 'estou vendo que a senhora fez pesquisa no Marx Planck, de Hamburgo. A senhora  
2068 domina o alemão?' E ela disse que não, que o marido dela havia ido lá fazer uma  
2069 pesquisa na área de Engenharia. Disse que estudou no Marx Planck, mas utilizando  
2070 literatura em inglês. Ele disse: 'muito obrigado, vou passar à próxima pergunta'.  
2071 Nenhum desses candidatos foi meu aluno, meu orientando, estou dando o testemunho  
2072 do que ocorreu, por uma questão de justiça. E, da forma colocada no recurso,  
2073 contagiou o Professor Sérgio Adorno, que deu um parecer excepcional na CLR. Eu  
2074 disse na CLR que tinha sido membro da Banca, mas nem quis confrontá-lo, porque foi  
2075 a impressão que ele teve, mas não serviu de critério para darmos notas maiores, pois  
2076 foi apenas uma questão entre os candidatos - uns dois ou três que tinham estudado - e  
2077 ninguém se saiu mal, todos os que responderam em inglês responderam de forma

2078 adequada e posso afirmar que isso não sopesou na atribuição das notas. A recorrente  
2079 tentou outras formas, mas o Professor Adorno, com habilidade, resumiu os  
2080 argumentos, mas ela ainda diz que um professor teria pressionado o outro a votar no  
2081 que sagrou-se vencedor. Então, realmente, quero dar este testemunho, porque acho  
2082 importante salientar que não houve qualquer anormalidade durante a arguição de  
2083 memoriais." **Dr. Maurício Zockun**: "Dispensando completamente minha sustentação oral.  
2084 Todos os argumentos que eu desejava fazer, o Professor Tucci já o fez, era uma  
2085 questão, eminentemente, de esclarecer os fatos que não estavam bem retratados na  
2086 peça recursal interposta, que na minha visão, levou a um exame equivocado. Certo se  
2087 os fatos narrados estivessem corretos, mas como não estão, como muito bem retratado  
2088 pelo Prof. Tucci, dispenso os senhores da enfadonha sustentação oral que faria aqui,  
2089 porque já está tudo muito bem retratado e esclarecido pelo Professor. Muito obrigado."  
2090 **M. Reitor**: "Solicito que o Dr. Maurício Zockun se retire. Antes disso, a Professora  
2091 Maria Paula Dallari tem alguma questão que gostaria de dirigir ao advogado." **Prof.<sup>a</sup>**  
2092 **Dr.<sup>a</sup> Maria Paula Dallari Bucci**: "Acredito que há um direito, há uma faculdade, o  
2093 advogado está cuidando de esclarecer os fatos e ele não está querendo gastar mais  
2094 tempo na defesa técnica, porque, de fato, ele está entendendo - e é direito dele - que é  
2095 uma questão de apreciação dos fatos. Penso que está perfeitamente em condições de  
2096 prosseguir à discussão e à votação." **Cons. Phillipe Pessoa de Santana**: "Solicito um  
2097 esclarecimento ao Conselheiro Sérgio Adorno, sobre o caminho que este processo  
2098 percorreu, porque ficou confuso para mim. Na leitura, parece-me que houve muitas  
2099 etapas posteriores ainda, mas espantou-me algo que li a respeito da manifestação do  
2100 Professor Tucci na primeira reunião da Congregação, que avaliou e deferiu os  
2101 recursos, contrários à homologação do concurso, onde ele relatava que teria sofrido  
2102 alguma pressão de outro participante da Banca, na indicação de um candidato. Isto  
2103 tudo diz respeito apenas ao que li no documento. De um modo geral, os concursos  
2104 públicos para docentes precisam de uma atenção especial da Universidade, pois  
2105 sempre ouvimos falar de concursos que seriam cartas marcadas, que poderiam  
2106 beneficiar um ou outro candidato. Parece-me que aqui temos que avaliar não só a  
2107 procedência do melhor candidato, do mérito - que acho que não é o caso - mas sim do  
2108 processo, de como escolher o melhor docente para a Universidade. E, pela descrição,

2109 algumas coisas chamam a atenção mesmo; e não se ter a garantia, em um concurso  
2110 público, de que todas as etapas são públicas e, depois, não se ter provas, não ter atas,  
2111 não ter nenhum registro de como foi a leitura, ou seja, o concurso é público, mas na  
2112 hora que se questiona algo que foi público, em que há testemunhas, não há provas?  
2113 Não entendo. Acho que isso precisa ser melhorado. Há o relato de que, também,  
2114 durante a leitura da prova escrita, havia uma sala para onde os professores iam e  
2115 podiam conversar, e depois eles voltavam e davam suas notas. Isso é algo ruim  
2116 também, pois fala no Regimento Geral da USP que essas notas têm que ser atribuídas  
2117 individualmente. Acho que precisamos garantir que nos processos de concursos  
2118 públicos os professores possam atribuir suas notas individualmente, sem os membros  
2119 precisarem conversar com os outros membros da Banca. Ademais, um dos candidatos  
2120 é acusado - não sei quais as procedências nas acusações - de ter várias relações com  
2121 membro da Banca, como trabalhar em seu escritório de advocacia, ter sido orientado  
2122 de doutorado, entre várias coisas, que impediria esse professor de ser integrante da  
2123 Banca. O mesmo participante da Banca é o que também foi relatado como assediou  
2124 outros membros da Banca para que seu candidato de preferência fosse o escolhido no  
2125 concurso. Então, venho pedir estes esclarecimentos e parece-me, sim, que houve  
2126 problemas no concurso, mas deveríamos prezar pela melhoria dos processos para  
2127 seleção de professores na Universidade." **Cons. Aloísio Augusto Cotrim Segurado:**  
2128 "Gostaria de manifestar um certo desconforto de participar da votação deste caso,  
2129 porque ao longo de vários anos participei do Conselho de Pós-Graduação e durante  
2130 um período da gestão do Professor Vahan como Pró-reitor de Pós-Graduação, fui  
2131 convidado a coordenar a Câmara de Normas e Recursos. Lá tive um aprendizado  
2132 muito grande durante alguns anos, com os colegas, principalmente da Faculdade de  
2133 Direito, que comigo compartilharam tempo naquela Comissão, particularmente, o  
2134 Professor Ignacio Poveda, nosso Secretário Geral, Professora Mônica, Presidente da  
2135 Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Direito. Com eles aprendi uma maneira  
2136 de conduzir a análise desses recursos, que salvo equívoco da minha compreensão,  
2137 deveria se ater exclusivamente aos autos do processo. Nenhuma informação adicional  
2138 sobre veracidade ou inveracidade de informações constantes dos autos poderiam ser  
2139 trazidas em qualquer outro momento. Com todo respeito que tenho pelo Professor

2140 Tucci, não acredito que possamos levar sua manifestação em consideração em nossa  
2141 análise, porque trata-se de uma contenda, a contraditório, a opiniões diversas. O  
2142 recorrente neste processo, provavelmente, tem uma opinião diferente e ele não foi aqui  
2143 representado para fazer valer a sua opinião. De forma que acredito que o Professor  
2144 Sérgio Adorno se ateuve à análise dos autos e com base nesta análise, emitiu o seu  
2145 parecer. Então, gostaria de chamar a atenção para este ponto, porque acho que o  
2146 nosso voto deveria se ater ao que está contido nos autos do processo." **M. Reitor:**  
2147 "Mas não podemos nos esquecer de que sempre que há recursos, a Unidade é ouvida  
2148 neste Conselho e, portanto, não poderia ter deixado de ouvir o Prof. Tucci." **Cons.**  
2149 **Aloísio Augusto Cotrim Segurado:** "Ele trouxe uma informação adicional sobre uma  
2150 suposta inveracidade do conteúdo dos autos e estou pedindo aos Conselheiros que  
2151 esse fato não deveria ser levado em consideração." **M. Reitor:** "Não estou arguindo  
2152 que se leve ou não em consideração, estou dizendo que sempre que há recursos, nós  
2153 ouvimos a Unidade e esta tem liberdade de trazer informações, que serão ou não  
2154 consideradas pelos Conselheiros na hora de seu voto." **Cons. Carlos Roberto Bueno**  
2155 **Júnior:** "Na verdade é apenas um pedido de esclarecimento. Pelo que entendi da  
2156 leitura dos documentos, em algum momento a Congregação da Unidade não  
2157 homologou o concurso e em outro momento homologou. De forma que levo esta dúvida  
2158 ao Prof. Sérgio Adorno, por que essa contradição da FD em dois momentos  
2159 diferentes?" **Cons. Sérgio França Adorno de Abreu:** "Na síntese, talvez não tenha  
2160 sido tão fiel ao parecer como deveria, pois fiz um relato detalhado dos fatos, que posso  
2161 fazer a leitura: '3. Determinado pela Direção da Faculdade de Direito, o desencadear  
2162 dos procedimentos regimentais, consistentes em: a) notificação ao candidato vencedor  
2163 do concurso para que contestasse os recursos, o que foi feito tempestivamente; e b)  
2164 encaminhamento à Profa. Dra. Odete Medauar para relatar cujo parecer, após análise  
2165 dos argumentos, foi no sentido de não acolhimento do pleito dos recorrentes; 4.  
2166 Submetido ao exame do mais elevado órgão colegiado da Unidade, em sessão  
2167 realizada em 21 de março de 2013, a Congregação da Faculdade de Direito decide dar  
2168 provimento aos recursos e, em decorrência, não homologar o resultado do concurso;'  
2169 Então, de fato, houve isso. Na continuidade: '5. O candidato aprovado no concurso, Dr.  
2170 Renato Lopes Becho ingressou com pedido de reconsideração, pleiteando a

2171 decretação da nulidade da decisão tomada pela Congregação da Faculdade de Direito,  
2172 ou sua revisão quanto ao mérito; 6. Por sua vez, os Drs. Cristiano Rosa de Carvalho e  
2173 Maria Rita Ferragut manifestaram-se a propósito do pedido de reconsideração,  
2174 formulada pelo candidato vencedor do concurso, clamando pela manutenção do que  
2175 havia sido decidido anteriormente; 7. Os autos foram distribuídos ao Prof. Dr. Floriano  
2176 Peixoto de Azevedo Marques Neto para relatar, o qual se manifesta favoravelmente à  
2177 anulação da decisão da Congregação, cuja decretação implicaria em decorrência a  
2178 necessidade de deliberação - e, por conseguinte negação - dos recursos interpostos  
2179 pelos candidatos Cristiano Rosa de Carvalho e Maria Rita Ferragut. Finalmente, o  
2180 encadeamento final dessas decisões resultaria na homologação do concurso;' Houve,  
2181 de fato, uma manifestação onde o Prof. Tucci teria dito que teria sofrido pressão, mas  
2182 depois isso é negado, pois teria havido má interpretação do que ele havia falado. Mas,  
2183 a partir desse momento, tudo caminhou em um sentido de homologar o resultado do  
2184 concurso, ou seja, a tendência posterior do processo em todas as suas etapas foi para  
2185 a homologação. Não sou processualista, mas entendo que os encaminhamentos foram  
2186 todos respeitados. Aproveito a oportunidade para dizer que acho essa matéria  
2187 controvertida, cabe a este Colegiado ponderar e o problema todo - volto a falar - é que  
2188 não há uma negação de que houve uma arguição em inglês. No entanto, a tendência  
2189 dentro do processo é considerar que isso era irrelevante, mas não estou entendendo  
2190 assim. Agora, temos que decidir. Foi uma pergunta, mas acho que feriu a isonomia; é  
2191 uma interpretação minha e ofereci essa interpretação à CLR e esta entendeu que era  
2192 isto. Porém, penso que este Colegiado é que tem sabedoria para avaliar, com justiça e  
2193 competência, como deve ser encaminhado." **M. Reitor:** "Em resumo, a Congregação  
2194 da Faculdade de Direito, em um primeiro momento, diante do recurso da Professora,  
2195 decidiu por não homologar. Havendo, em seguida, um recurso contra isto, a  
2196 Congregação reconsiderou sua posição e decidiu homologar o concurso. Agora, a  
2197 pessoa que foi preterida pelo concurso recorre e, portanto, tendo já a Congregação se  
2198 manifestado favoravelmente à homologação do concurso, o recurso sobe e nos cabe  
2199 decidir com relação a isso. Penso que agora ficou claro isto." Não havendo mais  
2200 manifestações, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se  
2201 o seguinte resultado: Sim = 48 (quarenta e oito) votos; Não = 29 (vinte e nove) votos;

2202 Abstencões = 10 (dez); Total de votantes = 87 (oitenta e sete). É aprovado o parecer  
2203 da CLR, favorável aos recursos interpostos por pelos candidatos Cristiano Rosa de  
2204 Carvalho e Maria Rita Ferragut, pela não homologação do relatório final do concurso e  
2205 sua consequente anulação. **M. Reitor:** "Obrigado pela participação. Não esqueçam que  
2206 dia 7 de abril teremos reunião temática sobre Reforma Universitária e, no dia 14 de  
2207 abril, teremos votação. Bom descanso a todos." Nada mais havendo a tratar, o Senhor  
2208 Presidente dá por encerrada a reunião, às 18h55. Do que, para constar, eu,  
2209  , Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral,  
2210 lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será examinada pelos Senhores  
2211 Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada.  
2212 São Paulo, 03 de março de 2015.